

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2010/11



TII

**A IMPORTÂNCIA DA CRESCENTE INFLUÊNCIA DA CHINA NOS PAÍSES
DA CPLP – CONSEQUÊNCIAS PARA PORTUGAL**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

*TIAGO MANUEL BATISTA LOPES
MAJOR DE ENGENHARIA*



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A IMPORTÂNCIA DA CRESCENTE INFLUÊNCIA DA
CHINA NOS PAÍSES DA CPLP – CONSEQUÊNCIAS PARA
PORTUGAL**

**Tiago Manuel Batista Lopes
Major de Engenharia**

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto 2010/11

Lisboa – 2010/11



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A IMPORTÂNCIA DA CRESCENTE INFLUÊNCIA DA
CHINA NOS PAÍSES DA CPLP – CONSEQUÊNCIAS PARA
PORTUGAL**

**Tiago Manuel Batista Lopes
Major de Engenharia**

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto 2010/11

Orientador: Major TOCART Pinheiro

Lisboa – 2010/11



Agradecimentos

Durante o período de realização deste Trabalho de Investigação, beneficiámos de alguns apoios pessoais, aos quais é de elementar justiça expressar o nosso mais profundo reconhecimento e gratidão.

Agradecemos em primeiro lugar, ao MGen Tiago Vasconcelos pela sua disponibilidade, pelos valiosos contributos, desde o plano de trabalho até ao trabalho final, e por ter encaminhado o nosso esforço de pesquisa para autores creditados na matéria, como é o caso da Prof. Dra. Cristina Alves, investigadora do South African Institute of International Affairs, que desde já enaltecemos com imensa gratidão o apoio prestado.

Um agradecimento especial ao Sr. Secretário Executivo da CPLP, Eng. Domingos Pereira, por nos ter recebido e ter disponibilizado tempo para uma entrevista, apresentando-nos a versão da Comunidade para a realidade estudada, ao contrário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixada de Angola e da China que nem se dignaram a responder aos pedidos de entrevista por nós enviados.

Os seguintes agradecimentos são para aqueles que contribuíram com os seus conhecimentos, conselhos e experiências na área para o desenvolvimento e estruturação deste trabalho. Agradecemos ao Prof. Dr. Luís Tomé, Prof. Dr. Miguel Neves, Tenente-Coronel Alexandre Carriço e Major Paulo Repas.

Por fim agradecer os conselhos, contributos e a paciência do orientador deste trabalho, Major Pinheiro.

Como não existe forma de retribuir à minha família, em primeiro lugar a educação dada pelos meus pais e em segundo a paciência que a minha mulher Marisa e filhos, Gustavo e Frederica, tiveram aquando da minha ausência, gostaria a penas de dizer que podem contar comigo como eu sempre contei com vocês.

A todos, um bem hajam e muito obrigado.



Índice

Resumo.....	iv
Abstract	v
Palavras-chave.....	vi
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	vii
Introdução	1
1. Enquadramento das relações sino-africanas	6
a. Política externa chinesa.....	6
b. O incremento das relações sino-africanas	9
c. Futuros cenários de apoio sino-africano	14
2. O apoio chinês a Angola - caracterização das relações	17
a. Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre China e os Países de Língua Portuguesa.....	17
b. Dissemelhanças entre o apoio prestado aos países da CPLP	19
c. Apoio sino-angolano: passado, presente e futuro	24
3. Portugal no actual contexto tripartido.....	29
a. Portugal e a CPLP	29
b. Relações sino-lusas	32
c. Consequências para Portugal da acção chinesa em Angola:	34
d. Modalidades de acção para Portugal.....	36
Conclusões, propostas e recomendações.....	39
a. Conclusões	39
b. Propostas / Recomendações.....	42
Bibliografia	44

Índice de gráfico

Gráfico 1	Os 10 maiores países importadores de Petróleo (2009)	7
Gráfico 2	Produção e Consumo de Petróleo da China	8
Gráfico 3	Importação de Petróleo, China (2009),	8
Gráfico 4	Investimento Externo Chinês,	11

Índice de quadros

Quadro 1	Comércio China - África	12
Quadro 2	Relações Diplomáticas	18



Quadro 3	PIB CPLP	20
Quadro 4	Comércio China - Angola	26

Índice de Anexos

Anexo A	Corpo de Conceitos	A-1
Anexo B	Entrevistas Realizadas	B-1
Anexo C	Volume de trocas comerciais China - CPLP	C-1

Índice de Apêndices

Apêndice 1	Modelo de Análise	Ap-1
------------	-------------------	------



Resumo

O gigante chinês tem encetado uma corrida aos recursos naturais em várias partes do globo, como forma de manter a pujança do seu crescimento económico. O Continente Negro, não tem escapado a esta sede e tem sido colocado como parceiro para o desenvolvimento. Esta relação sino-africana está envolvida numa rede de acordos de cooperação e de concessões de dupla vertente, caracterizada muitas vezes como uma relação de ganho-ganho e com um carácter geográfico que se focaliza no sul do globo, contrariando a constante do relacionamento Norte – Sul.

Neste nosso estudo é exposto, numa primeira fase, a relação que se tem estabelecido nas últimas décadas, entre estas duas grandes manchas territoriais focalizando-se de seguida nas relações entre a China e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa culminando no caso particular de Angola. Todo este percurso tem como perspectiva apresentar as consequências para Portugal desta relação sino-angolana no qual se pretende como fim último executar uma análise científica e expor possíveis modalidades de acção para a nação lusa, como forma de potencializar os seus ganhos geopolíticos.

O Modelo de Análise utilizado baseou-se no Método hipotético-dedutivo, cuja construção parte de postulados identificados, como modelo de interpretação do fenómeno estudado. Este modelo gerou, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se obteve correspondentes no real, permitindo a resposta à questão central formulada.

Como principais resultados da nossa investigação, consideramos de grande relevância as relações existentes entre Angola e Portugal, no contexto da salvaguarda dos interesses portugueses sobre os quais a intervenção da China (no país africano) não tem, a nível económico, criado consequências empíricas observáveis a Portugal. Contudo, com a intensificação das relações sino-angolanas, não é garante que o *status quo* hoje observado se mantenha. É notória a falta de uma estratégia de cooperação concertada por parte de Portugal e de um processo coerente assente em objectivos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento de programas. Culminando com uma inexistência e incapacidade de validação de resultados. A nível de actores portugueses empenhados, a orquestração é exígua muito por falta dos factos anteriormente apresentados.

É unânime que Pequim não precisa do apoio luso para o desenvolvimento do exercício das suas acções em Angola. Portugal deve desenvolver e potenciar separadamente as suas actividades bilaterais, de uma forma programada, com os dois países e fazer uso dos *fora* internacionais para fazer passar a sua mensagem e concretizar os seus interesses.



Abstract

The Chinese giant has begun a race to the natural resources in various parts of the globe, essential to maintaining its economic growth. The Dark Continent has not escaped to this and has been placed as a development partner. The Sino-African relationship is involved in a network of cooperative agreements and grants with two directions, often being characterized as a win-win relationship, with a geographic that focuses on South, against the normal relationship of the North - South with the North often named as the group of developed countries.

In our study is explained, initially, the relationship that has been established in recent decades, between these two major regional. After, we focus on the relations between China and the Community of Portuguese Speaking Countries, culminating in the case study of Angola. All this effort is made to identify the consequences to Portugal of the relationship between Angola and China. As the ultimate scientific analysis, discuss possible courses of action for the nation as *lusa* way to promote its geopolitical gains. The Analysis Model used was based on the hypothetical-deductive method, the construction part of postulates identified as model for interpretation of the phenomenon studied. This model has generated, via a logical work, hypotheses, concepts and indicators for which it was obtained in the corresponding real, allowing the central answer to the question asked.

As the main results of our investigation, we consider of great relevance the relations between Angola and Portugal in the context of safeguarding the interests of Portuguese. China's intervention in the African country hasn't created, using an empirical observable, any economic consequences to Portugal. However, the intensification of Sino-Angolan relationship is no guarantee of maintaining the status quo observed along the next decades. It is apparent the lack of a concerted strategy for cooperation on the part of Portugal, without a consistent process based on key strategic objectives for the development of cooperation programs. In the end of the cooperation program and due to the inexistence of strategic objectives, it's impossible to know if the cooperation achieved the desire effect. All the Portuguese actors involved in the cooperation process are unable to operate in a concerted action due to facts that were appointed by us. It is unanimous that Beijing does not need the support of the Portugal to develop its own activities in Angola. Portugal should develop and strengthen their bilateral activities separately, in a planned manner, with the two countries and make use of international *fora* to get your message and realize its interests.



Palavras-chave

- República Popular de Angola;
- República Popular da China;
- República Portuguesa;
- Cooperação;
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AGOA	<i>African Growth and Opportunity Act</i>
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

B

bb/d	Barris por dia
------	----------------

C

CIC	Comissão Interministerial para a Cooperação
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa

E

EIA	<i>Energy Information Administration</i>
EUA	Estados Unidos da América
ExIm	<i>Export Import Bank</i>

F

FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FOCAC	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i>

H

H	Hipótese
---	----------

I

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

M

MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola

O

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas

P

PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto

Q



QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
	R
RPC	República Popular da China
	S
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SAIIA	<i>South African Institute of International Affairs</i>
	T
TII	Trabalho de Investigação Individual
	U
UE	União Europeia
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
USD	<i>United States Dollar</i>



Introdução

“A riquíssima cultura milenar chinesa não mais deixaria de exercer um fascínio especial nos portugueses. Estabelecemos relações regulares, abrimos rotas comerciais e iniciamos uma era de intercâmbio de conhecimentos, que marcou os rumos da História mundial. Os nossos povos aprenderam a conhecer-se e a respeitar-se, construindo laços de amizade que perduram até aos nossos dias.”

Prof. Cavaco Silva¹

China. Dissílabo suficiente, nos dias de hoje, para cativar a atenção de quem se interessa minimamente pelo mundo que o rodeia. Estamos a falar numa superfície terrestre do tamanho dos Estados Unidos da América (EUA), com 1300² milhões de habitantes, com uma cultura secular e, segundo previsões, terá paridade em 2019 no que respeita ao Produto Interno Bruto (PIB) com a potência hegemónica actual. E não se ficará por aí, mantendo um crescimento constante, apresentar-se-á em 2050 como a potência económica, em que o PIB reflectirá uma diferença positiva de quase 50% em relação aos EUA e Índia³. Estas projecções tem o valor que lhe quisermos dar, mas é um facto que o paradigma mundial está a mudar. O nosso trabalho irá versar sobre as relações deste dragão em ascensão, com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em particular com Angola.

Muito se ouve falar na comunicação social do tema China, não pelas razões depreciativas relacionadas com os direitos humanos e as opressões à liberdade humana (fruto de imagens como as de *Tiananmen Square* em 1989) mas também, e na maioria das ocasiões em referência ao seu crescimento económico, às suas acções de cooperação⁴ externas, à diáspora chinesa e um cem número de outros aspectos que, na maioria das vezes, reflectem o crescer da actividade da República Popular da China (RPC) para o exterior. Henry Kissinger, no seu livro *Diplomacia* escreveu: “... da relação entre estados, a nova ordem aproximar-se-á mais do sistema europeu de estados dos séculos XVIII e XIX do que do modelo rígido da guerra fria. Incluirá pelo menos seis grandes potências – os Estados Unidos da América, a Europa, a China, o Japão, a Rússia e, provavelmente, a Índia – bem como uma multiplicidade de países de tamanho médio e mais pequenos”⁵.

É considerada uma grande potência emergente, sendo a RPC o terceiro maior país do mundo e simultaneamente o de maior população. Além disso, a RPC possui recursos políticos,

¹ Discurso aquando da visita oficial de Hu Jintao a Portugal, 07NOV2010.

² *CIA-The World Fact book*.

³ <http://www.pwc.com/gx/en/world-2050/pdf/world2050>

⁴ Anexo A – Corpo de Conceitos.

⁵ pg.793.



económicos e militares importantes. A nível internacional, tem assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1971.

A sua economia, em 2009, apresentou-se como a segunda maior economia do mundo após os EUA, mas é ao nível energético que o governo chinês pretende aumentar a capacidade de produção recorrendo a fontes para além do carvão e petróleo, nomeadamente energia nuclear e alternativas. Em 2009, e pela primeira vez em muitos anos, a crise económica global reduziu a demanda externa das exportações chinesas, tendo o governo chinês prometido prosseguir a reforma da economia e enfatizou a necessidade de aumentar o consumo doméstico a fim de tornar a China menos dependente das exportações estrangeiras para o crescimento do PIB no futuro. Pese embora o país disponha de vastos recursos naturais, a RPC não dispõe de recursos agrícolas suficientes para as suas necessidades, advindo daí uma enorme dependência externa. O investimento tem sido canalizado para o desenvolvimento de novas tecnologias com o intuito de aperfeiçoar e modernizar as explorações agrícolas.⁶ Sendo, também já notória a busca de terras mais aráveis em outros países, nomeadamente Moçambique, para o cultivo agrícola destinado ao consumo interno e exportação.⁷

Mas este grande país apresenta também alguns constrangimentos, além da dependência externa já referida. Como sejam, a liberdade de circulação nas linhas de comunicação marítimas devido a aspectos de ordem geopolítica, “geobloqueamento”, as minorias étnicas, as assimetrias de desenvolvimento regional entre outros (Vasconcelos, 2009: 299).

Para alguns autores a RPC “... não é apenas mais uma potência emergente, é a grande potência ressurgente que, depois de século e meio de perturbações internas e de humilhações externas que se sucederam a dois mil anos de proeminência e de um relativo sistema asiático sino-cêntrico, está novamente a reaparecer abalando a ordem asiática e internacional.” (Tomé, 2008: 1)

Segundo o Exmo. Presidente da República Portuguesa, aquando da visita do Presidente chinês em 07 de Novembro de 2010, “... as reformas internas, a abertura e a crescente participação da China no sistema económico e financeiro mundial proporcionaram-lhe, nas três últimas décadas, índices notáveis de crescimento económico, com reflexos no nível e na qualidade de vida dos seus cidadãos. Um crescimento a que correspondeu uma crescente afirmação na cena política internacional”.

Estes parágrafos iniciais pretenderam reflectir, de uma forma leve, a grande importância que a China tem actualmente e conseqüentemente, irá ter como actor do tabuleiro

⁶ *Idem.*

⁷ TCor Alexandre Carriço.



das relações internacionais, deixando o pormenor para o desenvolvimento do trabalho. Nos parágrafos seguintes, vamos apresentar alguns factos, justificar a importância das relações China/ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) /Portugal e ao mesmo tempo tentar cativar o leitor a seguir o nosso raciocínio.

Testemunha-se uma expansão do comércio entre a China e o mundo lusófono, com o comércio bilateral a reflectir um forte aumento desde a criação do Fórum de Macau em 2003. Pretendemos, com o decorrer do trabalho, apresentar linhas mestras do desenvolvimento da política externa chinesa bem como os seus princípios de cooperação, nomeadamente com a CPLP. O comércio com os países da CPLP actualmente representa 2% da totalidade do comércio chinês, 18% do seu comércio com África e 29% com a América.

Focalizando no Continente africano e durante a luta pela independência na década de 60 e 70, a China esteve profundamente envolvida nos países africanos da CPLP, especialmente em Angola e Moçambique, apoiando a luta anti-colonial (embora nem sempre tenha apoiado os movimentos de libertação que chegaram ao poder). A maioria destes países estabeleceu relações diplomáticas com a China logo após a independência, seguidas por relações comerciais, de investimento e culturais. No entanto, e apesar de alguns auxílios de cooperação concedidos entre 1980 e 1990, foi apenas no início de 2000 que as relações de cooperação começaram a assumir uma importante dimensão (Alves, 2008: 12).

A questão de Taiwan é também um elemento importante nesta equação. Após 22 anos de relações diplomáticas com a China, São Tomé e Príncipe reconheceu Taiwan em 1997, resultando num sério revés político para a política externa chinesa neste país. Esta premissa, o não reconhecimento de Taiwan, é fundamental para o apoio chinês.

A China emerge assim como um importante apoiante na África Subsariana aos vários níveis. Muita das vezes acusada de apoiar elites políticas corruptas em estados párias, em troca de direitos de exploração ou outras formas de obtenção de matérias-primas. Desta forma, como é defendido por alguns autores, minam as iniciativas dos países ocidentais que lutam contra a corrupção e tentam elevar os níveis de governação nesses estados. No nosso entender este facto poderá ocorrer, apesar de muitas das vezes ser ampliado pelos actores internacionais que se vêm intimidados com o aumento da influência da China em África. Outro comentário, em contra vapor ao afirmado, é de que a acção da RPC dinamiza o investimento e as trocas, fornecendo ajuda e financiamento aos países mais pobres do mundo, disponibilizando oportunidades para o seu desenvolvimento (Pehnelt, 2007: 1).

Particularizando mais um pouco o caso das relações luso-chinesas, e de acordo com o Professor Cavaco Silva, “...a nossa situação geográfica e as relações privilegiadas e forte



presença das nossas empresas em África e na América Latina, designadamente nos países de expressão portuguesa, são outros factores que fazem de Portugal um destino atractivo para o investimento chinês e que justificam uma aposta no estabelecimento de parcerias empresariais luso-chinesas”. É esta afirmação testemunho político da importância que a China tem para Portugal, sendo este último, um potencial elemento de charneira para as relações com os restantes países da CPLP. Refuta ainda que “... Portugal é um Estado membro da União Europeia e da zona Euro, com uma economia aberta, que aposta em áreas de inovação tecnológica, que revestem um grande potencial para o desenvolvimento da nossa cooperação com a China”. Temos no entanto de ser críticos e verificar que apesar de Portugal ser uma porta para a União Europeia, a China também mantém relações com outros elementos da União e consequentemente outras entradas. Poderá haver nichos de oportunidade para Portugal, como é o caso da investigação tecnológica, como nos foi mencionada pelo Sr. TCor Alexandre Carriço⁸. A visita a Portugal da comitiva chinesa, em Novembro de 2010, resultou na assinatura de duas tipologias de acordos, institucionais e empresariais⁹. Relativamente aos primeiros, no domínio do turismo, do reforço da cooperação económica com grande ênfase para a área das energias renováveis, na cultura, língua, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, juventude, desporto e comunicação social. Por último no domínio das tecnologias de informação. A nível empresarial, vários acordos de cariz financeiro, energético, telecomunicações, produtos alimentares, mobiliário, confecções e rochas ornamentais.

São questionáveis determinados comportamentos de Pequim, à luz da cultura Ocidental, nomeadamente no que se relaciona com os Direitos Humanos. Trazendo a lume esta questão cultural¹⁰, que achamos crucial, esta deve ser alinhada para evitar engulhos entre as partes, pois por vezes é usada nos *fora* internacionais de forma injuriosa, servindo para o Ocidente como desculpa a determinados comportamentos e para a China uma forma de soberania e identidade (Jesus, 2007: 75). Não pretendemos aqui dizer que por serem culturas diferentes que seja justificação para atestar determinados comportamentos, mas sim alertar o leitor que este facto é de extrema importância e tem de ser retido quando fazemos uma análise comportamental de actores internacionais, neste caso a China, países africanos e Portugal, possuindo cada um deles culturas diferente e por vezes milenares. O confucionismo clássico defende o “evitar” dos confrontos geradores de crises nacionais e internacionais através da prevenção e negociação, mantendo a harmonia na sociedade e na unidade social (família),

⁸ TCor Alexandre Carriço.

⁹ Sítio do Governo da República Portuguesa.

¹⁰ Anexo A – Corpo de Conceitos.



definindo regras éticas de comportamento para os governantes o que poderá levar a uma visão de estabilidade da China no Mundo (Jesus, 2007: 80). É evidente que esta assumpção é num campo teórico e ideológico.

Para encerrar esta parte preambular e justificativa da importância desta temática, referir-se que a China vai provavelmente continuar a crescer nas próximas décadas, a um ritmo variável, mas com capacidade de ascender à condição de superpotência económica e militar (Vasconcelos, 2009: 314). Gipouloux¹¹ perguntou: “*Para onde vai a China?*” afirmando que “...o seu crescimento impressionante, amplificado pela massa da sua demografia, elevá-la-á ao primeiro lugar mundial em 2040 ou mesmo antes”. O seu mercado interno é enorme, e a sua moeda forte, sem esquecer o esforço diplomático em continentes como a África, com matérias-primas essenciais para a manutenção do seu crescimento vigoroso. É em toda esta dinâmica de relacionamentos, que determinados acontecimentos multi-sectoriais irão afectar Portugal, não sendo necessariamente sinónimo de consequências negativas. Mantendo este pensamento como um desafio para a República Portuguesa, pretendemos identificar um modelo de actuação que dinamize e potencialize a acção externa neste contexto tripartido.

Face ao título, levantamos a seguinte Questão Central (QC) “*De que forma, a intervenção da China nos países africanos pertencentes à CPLP, em especial em Angola, trará consequências para Portugal tendo em conta os diferentes cenários de apoio?*” Iremos delimitar o estudo às actividades económicas e comerciais na trilogia de relacionamento entre Portugal, países africanos da CPLP, em particular Angola, e a China. O propósito desta investigação¹² consiste em identificar um modelo de participação de Portugal, sua possível estrutura no âmbito das relações entre Angola e a China e determinar as consequências, consubstanciadas no tipo de actividades que por estes países podem ser desenvolvidas, tendo em conta os cenários mais prováveis de actuação da China no tabuleiro das relações com os países africanos.

Quanto à organização, e após a abordagem teórica do problema que será apresentada no próximo capítulo, identificamos três linhas de força: *i)* um enquadramento histórico e político das relações entre Pequim e o Continente Negro; *ii)* caracterização do apoio chinês a Angola; *iii)* terminando a análise com a contextualização portuguesa na tríade de relações entre os países em estudo. Por fim, apresentaremos os resultados obtidos da nossa investigação.

¹¹ Investigador com várias publicações sobre a temática.

¹² Apêndice 1- Modelo de Análise



1. Enquadramento das relações sino-africanas

“Quem controla a África controla a Europa”

Otto von Bismarck, séc. XIX¹³

Para compreendermos o porquê da intensificação das relações internacionais em que a China tece o seu comportamento, foquemo-nos na caracterização muito breve da política interna. De acordo com Wei-Wei Zhang (*apud* Heitor Romana) o regime chinês assenta na “Teoria do Socialismo com Características Chinesas” com base em cinco pontos chaves: *i*) desenvolvimento como estratégia; *ii*) pragmatismo ideológico, verdade dos factos; *iii*) o gradualismo, reformas com prioridades; *iv*) nacionalismo, ocupar o lugar que tem direito no tabuleiro internacional; *v*) Estado moderno e forte resistente a pressões internas e externas (Vasconcelos, 2009: 134). Fazendo a ponte para o panorama externo, mantendo em mente o ponto *iv*) e *v*), as dinâmicas da política externa da RPC resulta de duas das suas prioridades internas, o garantir o acesso a recursos energéticos de forma a garantir os actuais níveis de desenvolvimento e evitar o reconhecimento internacional de Taiwan como Estado soberano (Mendes, 2010: 39). A questão de Taipé, num plano político e com o objectivo constante de reunificação da “China Única”, tem sido tida em consideração nas relações que estabelece com os seus pares, beneficiando, claro, quem não reconhece a independência de tal território.

a. Política externa chinesa

“Os Chineses oferecem-nos betão e o Ocidente valores intangíveis. Transparência, boa governação... para que serve tudo isso, se as pessoas não tiverem electricidade nem emprego? A democracia não é coisa que se coma.”

Serge Mombouli¹⁴

Tendo em conta os três tabuleiros sobrepostos definidos por Joseph Nye: o poder militar, poder económico e o das forças transnacionais, a China, com a liderança de Deng Xiaoping, e não querendo repetir o erro soviético de competir com os EUA no tabuleiro superior, aposta forte no económico usando o máximo de apoio que colhe nas forças transnacionais (corporações globais e NGO's) (Moreira, 2007: 74).

Ao contrário de opiniões difundidas, o crescimento notável da economia chinesa não tem tanto que ver com os elevados investimentos externos e o nível das exportações. Convém reconhecer que a balança comercial tem se mantido equilibrada, na qual as exportações

¹³ *apud* Esteves, 2008: 115.

¹⁴ Embaixador da Republica do Congo nos EUA (*apud* Michel, 2009: 11).



líquidas representam 1 a 2 % do crescimento do PIB. A economia cresce, sim, impulsionada por factores domésticos, como uma taxa de poupança equivalente a quase metade do PIB e pela expansão do comércio com países vizinhos. Pode falar-se numa cadeia comercial pan-asiática, com a China a desempenhar um papel de charneira, servindo-se da sua intensa acção diplomática para atingir os seus intentos. Este paradigma tem ajudado a quebrar o cerco estratégico que, aparentemente, os EUA quiseram impor com as suas intervenções na Ásia.

Mas é a necessidade energética que tem movimentado, como prioridade, as vontades chinesas a nível internacional. Debrucemo-nos sobre a teia das relações energéticas. Segundo Carlos Maria Feijó¹⁵, as necessidades energéticas da China influenciaram o mercado petrolífero mundial, estimando-se que 40% do aumento da procura seja devida às importações de Pequim (Esteves, 2008: 10). As políticas de energia do governo chinês¹⁶ são dominadas pela crescente demanda do país por petróleo e sua dependência das importações. De acordo com Robim West, Presidente da *Petroleum Financing Company* “a chave para a segurança no fornecimento é a diversidade do fornecimento” (*apud* Esteves, 2008: 10) e julgamos que esse pensamento está na mente dos líderes chineses. Se, em termos meramente de reflexão, a China tivesse um consumo *per capita* igual ao dos EUA, necessitaria de 100 milhões de barris diários. Se compararmos com a actual

produção mundial diária de 85 milhões, poderíamos depreender que esta produção não chegaria para satisfazer apenas o apetite da RPC. Mas as perspectivas são de que em 2020 a China atingirá o dobro do consumo actual, ainda longe do consumo *per capita* americano. Com uma procura mundial praticamente com o mesmo valor do que a produção, e com as reservas existentes já

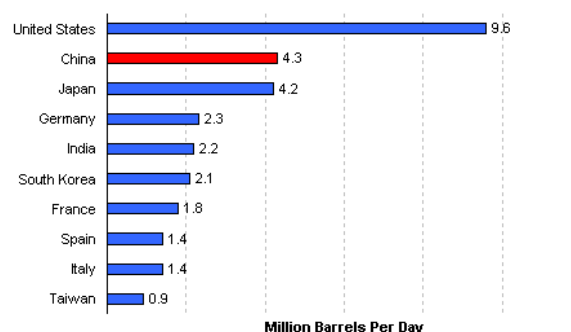


Gráfico 1- Os 10 maiores países importadores de Petróleo (2009)

<http://www.eia.gov/>

“encomendadas” e com dono, a China tem de lutar no mercado ou conquistar pela força as reservas alheias. A questão de “como e onde” a China obterá os seus recursos energéticos para manter o desenvolvimento, fica em aberto (Vasconcelos, 2009: 94-96).

A China consumiu cerca de 8,3 milhões de barris por dia (bbl/d) de petróleo em 2009 com uma produção total que atingiu 4,0 milhões bbl/d no mesmo ano, sendo semelhantes à produção em 2008. No primeiro semestre de 2010 registou-se um aumento de mais de 0,2

¹⁵ Ministro de Estado de Angola.

¹⁶ A Comissão de Desenvolvimento e Reforma Nacional (NDRC) é a entidade reguladora.



milhões do que no mesmo período do ano anterior. Isto deveu-se principalmente ao crescimento de produção offshore¹⁷.

As importações atingiram cerca de 4,3 milhões bbl/d, tornando-o o segundo maior importador de petróleo a nível mundial (gráfico 1), atrás dos Estados Unidos e pela primeira vez, superando as importações japonesas. A *Energy Information Administration* (EIA) prevê que o consumo de petróleo da China vai continuar a crescer durante 2011, com valores de quase 9,6 milhões bbl/d (gráfico 2). Esse crescimento previsto de mais de 1,2 milhões bbl/d entre 2009 e 2011 representa cerca de 37 % das projecções de crescimento da procura mundial de petróleo durante o período de 2 anos.

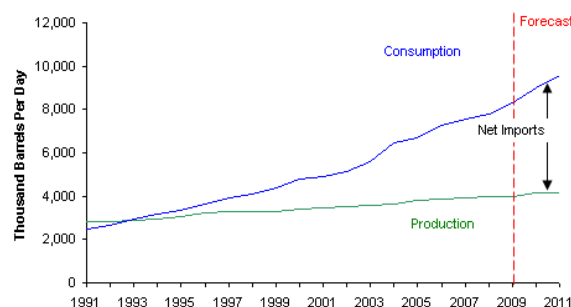


Gráfico 2- Produção e Consumo de Petróleo da China
<http://www.eia.gov/>

O Médio Oriente continua a ser a maior fonte de importações chinesas de petróleo bruto, embora os países africanos também contribuam com uma quantia significativa para as importações chinesas (gráfico 3). A Abordagem chinesa ao Médio Oriente consiste em 3 vectores: *i*) a nível diplomático para garantir acordos de abastecimento a longo prazo; *ii*) obtenção de direitos para as empresas chinesas investirem e explorarem campos petrolíferos; e encorajar o investimento dos países do Golfo em sectores de refinação e distribuição. Face a

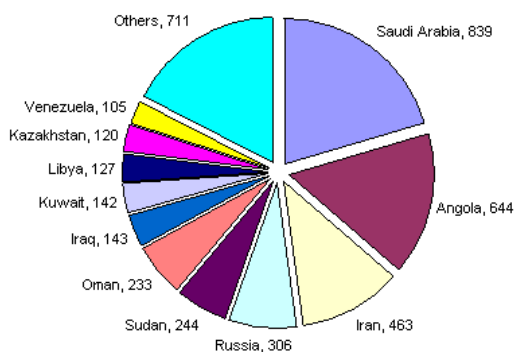


Gráfico 3- Importação de Petróleo, China (2009),
1000 bbl/d
<http://www.eia.gov/>

isto, é importante assegurar que o Médio Oriente se mantenha estável, o que nem sempre é e será um dogma (Vasconcelos, 2009: 99).

Do valor apresentado para 2009 no que concerne às importações feitas por Pequim, cerca de 2,0 milhões bbl/d (50 %) tiveram precedência do Médio Oriente, 1,2 milhões de bbl/d (30 %) da África, 184 mil bbl/d (5 %) da região Ásia-Pacífico, e 686 mil bbl/d (17 %) de

outros países. Em 2009, a Arábia Saudita e Angola foram as duas maiores fontes, que em conjunto representam mais de um terço do total das importações da China de petróleo bruto.

¹⁷Actividades offshore na região da baía de Bohai, Pearl River Delta, Mar da China Meridional, e, em menor quantidade no Mar da China Oriental. Valores da EIA.



No primeiro semestre de 2010, as importações de petróleo subiram para mais de 4,7 milhões bbl/d¹⁸.

Fechado o parêntese de explicação energética, focalizemo-nos na relação sino-africana. No que diz respeito a África, além da vantagem adicional¹⁹ de ter um passado colonial comum e o espírito do não-alinhamento, a China acrescenta, a diplomacia²⁰ da era de Jiang Zemin²¹ e os 5 princípios de coexistência pacífica: *i)* respeito pela soberania; *ii)* não agressão; *iii)* não ingerência; *iv)* igualdade *v)* e benefícios mútuos (Mendes, 2008: 186). Conjuntamente com estes princípios, Pequim tem criado *fora* trans-regionais em África institucionalizando canais de comunicação, facilitando as trocas comerciais e o investimento, promovendo as relações políticas sino-africanas aumentando assim a influência no Continente Negro. Deste modo, consegue a projecção de influência, que por vezes é revelada nos jogos de poder no seio da Organização das Nações Unidas (ONU), ao mesmo tempo que assegura as relações comerciais que engrossam e mantêm o crescimento económico. O *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC) e o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (também conhecido como Fórum Macau) são exemplos deste estreitar de relações (Mendes, 2010: 42). Denota-se uma estratégia multilateral (fóruns de cooperação) e uma bilateral, e.g. os empréstimos do *Export Import Bank* (ExIm) a Angola, onde os acordos com os Estados são exarados.

Espelha-se África como uma terra de oportunidades, onde o respeito mútuo e a não gerência é essencial, numa base de igualdade, cooperação para o desenvolvimento num diálogo colectivo. Comparativamente, o discurso do Ocidente em relação a África, é assente em contrapartidas políticas, numa cooperação Norte-Sul, em que o Sul é tido como um Continente subdesenvolvido sem esperança, com guerra civil e desrespeito pelos Direitos Humanos (Esteves, 2008:41).

b. O incremento das relações sino-africanas

A partir do séc. XX, podemos descrever três períodos relevantes no relacionamento sino-africano. Um até os anos 70, motivado pelo apoio aos já referidos movimentos de libertação, seguido de um período na década de 80 em que o foco era a atracção de investimento para a China e daí o descorar e o declínio das relações com África e um terceiro período com início nos finais dos anos 90 com a reaproximação (Esteves, 2008: 77). Neste

¹⁸ Valores da EIA.

¹⁹ Comparativamente com as antigas potências colonizadoras europeias.

²⁰ Anexo A – Corpo de Conceitos.

²¹ Presidente da República Popular da China de MAR1993 a MAR2003.



ultimo período, as relações entre a China e África alteraram-se muito devido ao crescimento anual de cerca de 7%, tendo sido notória a expansão da economia chinesa. Tornou-se uma prioridade, por parte de Pequim, e devido ao crescimento económico, o acesso a recursos naturais.

África, com os seus recursos naturais surgia como o parceiro ideal. Embora tenha feito pesquisa em muitas outras regiões²², foi no Continente Africano (Sudão, Angola, Argélia e outros países) onde as três maiores empresas petrolíferas chinesas (CNPC, CNOOC e SINOPEC) obtiveram os maiores êxitos. Para se impor em África, a China adoptou e continua a adoptar a diplomacia do livro de cheques²³: financiar projectos de infra-estruturas para comprar a boa vontade das elites dirigentes ou, por vezes, até como contrapartida directa, o acesso às concessões petrolíferas.

Mas não é, a China, a única entidade com interesses em África. Em Junho de 2000, a União Europeia (EU) e 77 países africanos, das Caraíbas e Pacífico assinaram o Acordo de Contonou, com vista ao apoio dos países em desenvolvimento, com base no conceito de ajuda condicionada (estabelece o cumprimento das normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras) (Esteves, 2008: 83). Já em Maio do mesmo ano, os EUA tinham aprovado uma iniciativa de apoio a África subsariana com o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA).

A China, numa acção que pode ser vista como resposta e tendo em conta a importância que África tem, institucionalizou o FOCAC, primeiro dos quais foi realizado em Pequim em Outubro de 2000 reunindo um total de 45 países africanos, do qual resultaram dois documentos bases, o Manifesto de Beijing e o Programa de Cooperação sino-africana para o Desenvolvimento Económico e Social. Deste *fora* têm resultado quase uma centena de acordos de comércio e de investimento, dinamizando as relações entre entidades Estatais. Dos 53 Estados que compõem o Continente africano, 47 têm relações diplomáticas com China, apresentando-se como cabecilhas desta lista Angola, Nigéria, Sudão, África do Sul, Zimbabwe e Gabão (Mendes, 2008: 189). O FOCAC, enquanto mecanismo de concentração de vontades políticas, realiza-se de três em três anos, captando cada vez mais as atenções internacionais. Outra acção diplomática levada a cabo é o envio permanente de um representante à União Africana (UA) para desenvolver a modalidade de parceria estratégica e estimular o diálogo entre as partes. (Esteves, 2008: 25,45).

²² América Latina é um exemplo.

²³ Como afirma Serge Michel no seu livro.



O ano de 2006, considerado “O ano Africano na China”, marcou o início da intensificação das acções diplomáticas entre estes actores. Foi exarado um Livro Branco para o Continente Negro, no qual estão estabelecidos os objectivos da cooperação e medidas concretas para o atingir desses objectivos. Este reaproximar a África tem se traduzido num aumento da cooperação, do investimento e das trocas comerciais. A China não vê a cooperação como forma de combate às ameaças mas sim como forma de assegurar o crescimento, auto denominado por “crescimento pacífico” (Esteves, 2008: 39). É um facto que o crescimento Chinês precisa de petróleo, recursos naturais e matérias-primas, e o alvo preferencial têm sido os Estados africanos com tais características. O papel global que a China desempenha em África tem reforçado as ligações diplomáticas entre os Estados africanos e Pequim, criando laços fortes, projectando o seu *soft power*²⁴ com acções como e.g. de empréstimos a baixos juros, perdões de dívidas e assistência técnica a vários níveis (Mendes, 2008: 186).

De acordo com Zweig, por vezes, e com base nos princípios da coexistência anteriormente descritos, a China é acusada, nomeadamente pelos EUA, de minar o esforço de isolamento e as sanções impostas a determinados Estados africanos, limitando assim o caminho traçado para a democratização e para limitação ao armamento (*apud* Vasconcelos, 2009: 266). A comunidade internacional tem aguardado expectável pelas consequências do apoio chinês, e algumas das potências demonstram apreensão sob este aumento de influência, alegando efeitos perversos deste tipo de cooperação (Esteves, 2008: 26).

O Estado chinês financia contratos, por vezes com prejuízo, garantindo assim o acesso a matérias-primas, proporcionando às grandes empresas chinesas o seu desenvolvimento no estrangeiro, preparando-as para outros mercados onde a concorrência é mais severa: Oceânia, América Latina e, talvez um dia, a Europa e os Estados Unidos. Ao entrar em África, a China está a tomar espaço económico, político e militar

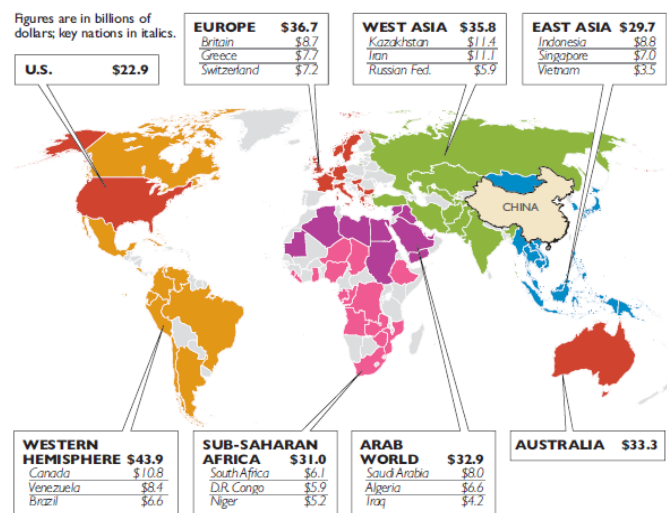


Gráfico 4- Investimento exterior chinês (2010),
Valores em mil milhões usd
Heritage Foundation

²⁴ Anexo A



que antes era ocupado pela Grã-Bretanha, pela França ou pelos Estados Unidos (Michel, 2009: 267) e acrescentamos Portugal, a uma escala menor.

No que respeita ao investimento externo e, apesar do crescente investimento da China em África, temos de fazer um comparativo com o resto do mundo. É um facto que a percentagem é muito equilibrada quando olhamos para a Europa e desequilibrada quando se olha para o conjunto da Ásia (gráfico 4). É um facto que o maior enfoque da China é na sua região de origem.

Vejamos o seguinte quadro de forma a analisar a evolução das trocas comerciais.

Quadro nº1, Comércio China em África (valores 10 000 USD)

Ano	Exportações para África	Importações de África	% do Comércio chinês
2002	696121	542715	2,00
2003	1018185	835999	2,18
2004	1381322	1564606	2,55
2005	1868160	2106213	2,81
2006	-	-	-
2007	3729773	3635920	3,39
2008	5123992	5596694	4,18

www.stats.gov.cn , Yearbook 2006 e 2009

É notório o aumento paulatino dos valores, mas como vemos, o enorme continente africano apenas representa uma pequena parcela das relações comerciais externas da China. De salientar, e revisitemos o gráfico 4, que as “sementes” lançadas pelo investimento exterior, não apresentam resultados no imediato, podendo a médio e longo prazo ajudar o engrossar das percentagens das trocas comerciais com África.

Do lado africano, e de acordo com o que demonstram os valores dos últimos anos, o crescimento económico global é manifesto e o maior de sempre, em parte devido ao investimento chinês. Para África, a China significa um comprador e um vendedor, com uma fatia de 11,2 % das exportações africanas. África, no âmbito global das suas importações, apresenta o valor de 13,4 %, sendo, como constatamos, ligeiramente negativa a balança para o Continente Negro²⁵. Além deste ponto, e observando a relação da China para com África nestes últimos anos, o balanço sintetiza-se em alguns pontos mais importantes: i) execução de

²⁵ Valores do FMI relativo ao ano de 2009.



obras de construção civil a baixo custo; *ii*) pouca transparência nas transacções e informações; *iii*) desenvolvimento de projectos de ajuda técnica, essencialmente em áreas como a educação e saúde; *iv*) empréstimos a baixo custo e perdão de dívidas; *v*) apoio na política internacional²⁶; *vi*) exportação de produtos chineses para o mercado africano, e.g. têxteis e produtos baratos; *vii*) deslocação de empresas para solo africano; *viii*) investimento em áreas como agricultura, indústria e infra-estruturas; *ix*) permutas a vários níveis; *x*) tentativa de dinamizar o turismo; *xi*) oportunidade de emprego para os excedentes de mão-de-obra chinesa, entre outras.

Em contra ponto, é manifesto uma falta de compreensão devido ao desconhecimento cultural e o facto de que o relacionamento se fazer ao mais alto nível das esferas do poder, sendo compreensível que uma grande parte da população, de ambas partes, desconheça a existência da cooperação. Mas mais premente que todas estas constatações é a necessidade de pôr os países africanos a falar numa só voz, para poderem potencializar a cooperação, definindo então uma política africana para estabelecer o equilíbrio nas relações. Como defende Moeletsi Mbeki²⁷ “*África precisa de preservar os seus recursos naturais para usar no futuro na sua própria industrialização*” e “... *a estratégia de exportação chinesa contribui para a desindustrialização...*” (Esteves, 2008: 117-122). Nesta relação de *win-win*, não nos esqueçamos de que África oferece novos mercados para escoar os produtos chineses, e.g. dos têxteis e equipamento electrónico a preços competitivos comparativamente com produções ocidentais (Mendes, 2010: 40).

Actualmente o governo da China tem a intenção de ampliar e aprofundar o seu compromisso de investimento para com o continente, usando os veículos estatais que tem à sua disposição. Liderados financeiramente pelo ExIm e *China Development Bank*, com as principais empresas estatais a reboque, é evidente que a intenção comercial reforça a retórica política de Pequim. Uma revisão da abordagem da política externa da China para a África pode surgir quando o novo governo da China for instaurado após o 17.º Congresso Comunista Chinês em Março de 2013. Entretanto a presença comercial da China em África vai continuar a ganhar força e isso tem sido reforçado pelos compromissos financeiros assegurados por Pequim descritos durante a FOCAC IV em Sharm El Sheikh. Julgamos que os povos africanos, tal como os ocidentais, ainda não compreenderam as implicações estratégicas, a longo prazo, da crescente presença comercial da China em África (Davies, 2010: 30).

²⁶ No âmbito da ONU, e.g. o caso do Sudão.

²⁷ Vice director do *South African Institute of International Affairs (SAIIA)*.



Em suma, e de acordo com Xu Weizhong²⁸, a China desempenha um papel importante a nível internacional e a cooperação com África é um dos pilares da sua política externa pois necessita dos recursos naturais e dos mercados africanos (apud Esteves, 2008: 120). De acordo com o Major Gen Tiago Vasconcelos “*a influência chinesa em África tenderá a aumentar à medida que a economia chinesa cresce e cada vez mais se integra nos grandes circuitos económicos da globalização*”. Acrescentou que “*para os africanos também é bom diversificarem as suas interdependências...*” na medida em que África tem 53 ou 54 países (e em breve, provavelmente, mais um – o sul do Sudão) e que “*...cada relação bilateral com a China será um caso...*”. O sr. General aponta que globalmente o panorama futuro das relações sino-africanas será positivo²⁹.

c. Futuros cenários de apoio sino-africano

Para executar este subcapítulo, adoptamos uma abordagem do macro para o micro recorrendo a cenários traçados por alguns autores para o comportamento da China a nível mundial, e particularizamos para o Continente Negro.

Segundo Brzezinski “*mesmo por volta do ano 2020, é bastante improvável, mesmo nas melhores circunstâncias que a China se possa tornar verdadeiramente competitiva nas dimensões chave do poder global*” (apud Vasconcelos, 2009: 301). É apresentado prazos que podem variar de 10, 15, 20 anos, para que a ascensão seja efectiva. Isto também é verdade se os EUA mantiverem a postura de acomodação que têm seguido, permitindo este crescimento e a partilha da sua hegemonia actual no futuro.

Denny Roy acrescenta que a China não estará satisfeita, enquanto não colocar na mente das outras potências e dos países vizinhos a necessidade de pensarem duas vezes, durante o processo de tomada de decisão, antes de tomarem alguma iniciativa que contrarie os interesses de Pequim. (Vasconcelos, 2009:301). Existe a possibilidade, no século XXI, pela primeira vez na história, que a maior economia do mundo não provenha de uma democracia ocidental liberal (Esteves, 2009:25). O que nos interessa é verificar que o objectivo chinês é o desenvolvimento e ao mesmo tempo tornar-se num importante actor da cena internacional, podendo auferir ao topo da “cadeia alimentar”.

Segundo o Major General Tiago Vasconcelos, existe quatro cenários possíveis, mas com probabilidades diferentes, para a “sino-evolução”: *i) implosão; ii) estagnação; iii) ascensão progressiva dentro da ordem mundial com acomodação recíproca; iv) desafio à ordem*

²⁸ Director de Estudos Africanos.

²⁹ Anexo C.



internacional como consequência da ascensão. Muitos aspectos podem apoiar ou contrariar cada um dos cenários, o que levaria a uma grande reflexão, o que nos leva a recorrer apenas às conclusões do autor quanto à probabilidade, apresentando como o mais provável e o mais apetecível, actualmente³⁰, o da acomodação. O que não quer dizer, que o aumento de influência chinesa não provoque um “... *agudizar de tensões até que se atinjam pontos/linhas de equilíbrio*”³¹. Este cenário pode englobar um pequeno e progressivo abrandamento das taxas de crescimento, numa acomodação pacífica da China em ascensão, num sistema multipolar a médio longo prazo, ou talvez bipolar. Mas tudo aponta que a China está a caminho de se converter numa potência em todos os domínios. Se o virá a ser e quando depende de muitas variáveis, entre elas, o geobloqueamento, a necessidade de recursos naturais para alimentar a vários níveis a sua gigantesca população, a dependência que tem do petróleo para a consecução do seu objectivo último de desenvolvimento, entre outros, podendo alterar as previsões.

Para o Continente Negro (especialmente subsariana), o único cenário que lhe convém, no nosso entender, e por razões óbvias de desenvolvimento, é o da acomodação pacífica, pois apresentaria uma maior panóplia de opções. No primeiro cenário, perderia um parceiro internacional de peso, a vários níveis, e um comprador bem como um parceiro nos *fora* internacionais. Mas o mal de um podia ser o surgimento de outros actores cedentes em estreitar relações com África, mas não acreditamos que adoptassem os mesmos princípios de coexistência, nomeadamente o da não gerência e o da igualdade. Quanto à estagnação, julgamos que tudo dependeria da existência de margem de manobra para a manutenção dos investimentos e das trocas comerciais. O último, poderia criar grandes problemas para África, pois poderia ser utilizada como área de grandes confrontações de interesses ou como palco, fora da *homeland*, para as potências executarem as suas manobras de força e como última instância ser uma zona de confrontação bélica.

Vamos então seguir o caminho da acomodação pacífica. Isto acresce, para África, num continuar da busca dos seus recursos naturais pelas potências, numa intervenção continuada do tecido empresarial estrangeiro, aumento dos capitais de investimento, aumento da cooperação a vários níveis, num aumento competitivo por concessões petrolíferas e possivelmente de solos férteis, entre outros factores, que podem potencializar os efeitos positivos e ou negativos que se têm verificado para os Estados africanos, e que iremos concretizar mais para o caso angolano.

³⁰ Pelo menos num prazo entre 5 a 10 anos, como refutou na entrevista que nos concedeu.

³¹ *Idem*.



Paralelamente e segundo Serge Michel, não é de excluir que possa ocorrer um fracasso entre a China e África, pois as ligações são recentes e frágeis, numa competição em que outras potências em ascensão como o Brasil e Índia, tentam recolher também dividendos. Os analistas mais cépticos consideram que basta uma série de incidentes sérios, que não estejam ligados, como sendo a deserção ao apoio chinês de um país como Angola, a tomada de reféns chineses na Nigéria, um atentado contra campo chinês na Argélia ou um acidente numa estrutura construída pelos chineses (barragem) para provocarem uma retirada da China. Não nos podemos esquecer nunca da disparidade das culturas, que pode ser o disparador para um acontecimento grave entre as populações autóctones e a diáspora chinesa (Michel, 2009: 294-296).



2. O apoio chinês a Angola - caracterização das relações

Neste capítulo iremos partir de uma visão de conjunto, iniciando na relação China - CPLP, seus membros e afunilando em seguida “*towards*” o foco, Angola.

- a. Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre China e os Países de Língua Portuguesa

“Em três anos, o fórum³² já fez mais pelos países lusófonos do que a CPLP em dez”

Narana Coissoró³³

Foi em Outubro de 2003 que decorreu a primeira reunião interministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre China/CPLP, posteriormente designado mais simplesmente como Fórum Macau. Reuniu os representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Timor Leste, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Macau e China. A ideia da criação foi desenvolvida entre o Ministro chinês do Comércio e o Governo Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (Alves, 2008: 3).

O Fórum Macau tem como objectivo promover o desenvolvimento mútuo através do reforço da cooperação económica e comercial entre a China e os países lusófonos. As linhas de actuação foram definidas no final da primeira reunião ministerial em 2003, englobando: *i*) o intercâmbio de informação; *ii*) o melhoramento do clima de investimento de acordo com as normas internacionais; *iii*) a organização de feiras comerciais; *iv*) a promoção³⁴ de empreendimentos conjuntos; *v*) a diversificação de cooperação; *vi*) o desenvolvimento da agricultura; *vii*) a construção de infra-estruturas; *viii*) e o desenvolvimento de recursos naturais e humanos. Nas reuniões seguintes as linhas de actuação têm sido contingencialmente aumentadas, como foi o caso da cooperação turística, transportes, nível sanitário, ciência e tecnologia. Mas embora as linhas de actuação sejam negociadas num cenário multilateral, os acordos de trocas e cooperação são feitas pela China de forma separada com cada um dos membros, numa égide bilateral (Alves, 2008: 24).

Segundo o actual Secretário Executivo da CPLP, Sr. Eng. Domingos Pereira, a China tem uma estratégia bem definida de actuação com a comunidade lusófona, mas o movimento inverso não é verdade, não havendo uma coordenada actuação por parte dos oito em relação a Pequim. A força de falarem a uma só voz seria benéfica, nomeadamente na apresentação comum da vontade de integrar São Tomé e Príncipe nas conversações. Referiu ainda, que a

³² Fórum Macau.

³³ *apud* Esteves, 2008: 95.

³⁴ Anexo A – Corpo de Conceitos.



China tem exercido um esforço de consolidação com base na política externa, e que a CPLP é mais um veículo para essa consolidação. A CPLP tem é que desenvolver estruturas e mecanismos de integração dessa vontade em proveito dos seus membros deixando de ter uma actuação reactiva em vez de proactiva, desenvolvendo uma visão estratégica comum. Sendo a CPLP uma organização “infra estado” e não “supra estado”, cabe aos estados “trazerem para a mesa de negociações os assuntos referentes a esta problemática para discussão, chegando assim a uma visão de consenso. 8 Estados numa posição de consenso, estão mais bem “armados” para fazer valer a sua posição”.

Mas o porquê deste interesse chinês?

O interesse deve-se muito à sede de recursos naturais que a China tem, para sustentar a sua população, quase um quinto da população mundial, e crescimento económico. (Alves, 2008: 9). Não se trata tanto de um apoio ideológico, como foi durante a época da descolonização dos países africanos, mas sim de um apoio financeiro forte.

O Fórum Macau tem se revelado mais um instrumento da política externa, que complementa a sua aproximação *Sul-Sul*. A China conseguiu encontrar oportunidades no relacionamento com CPLP, podendo oferecer a esta, respostas às carências intrínsecas como são os recursos financeiros, vontade política e facilidade de relacionamento entre os membros. Escolhendo Macau, que se apresenta como um vínculo secular entra China e Portugal, ofereceu uma abordagem suave mantendo o português em paralelo com o chinês e apresentado de certa forma um contexto que é familiar aos vários membros.

Contudo o início da actividade diplomática com a China é diferenciado entre os países membros da comunidade. Apresentamos um quadro cronológico dos laços diplomáticos, no qual é visível a longevidade, de aproximadamente 30 anos, da relação entre o país “canarinho” e Pequim, e o mais recente “*affair*” é protagonizado por Timor-leste, como é fácil de entender.

Quadro nº2, Relações Diplomáticas:

País	Data do inicio ou reatamento de relações diplomáticas
Angola	Janeiro de 1983
Brasil	Agosto de 1974
Cabo Verde	Abril de 1976
Guiné-Bissau	Março de 1975 – Maio de 1990 Maio de 1990 – Abril de 1998, manteve relações com Taiwan Abril de 1998 – Restabeleceu relações



Moçambique	Janeiro de 1975
Portugal	Fevereiro de 1979
S. Tomé e Príncipe	Julho de 1995 – Julho 1997 Julho de 1997 – até aos dias de hoje mantém relações com Taiwan
Timor Leste	Maior de 2002

(Alves, 2008: 5).

Apesar de a língua ser um aspecto aglutinador e motivador para o estabelecimento das relações, outros factores parecem-nos mais importantes. Entre eles temos a questão da energia e da segurança alimentar, no âmbito do abastecimento de alimentos a uma China em expansão. Mais uma vez temos de chamar a atenção para os recursos que alguns países da CPLP possuem, não só as *commodities* mas também outros aspectos como a existência de solos férteis, florestas e recursos piscatórios.

Outra razão para o interesse chinês prende-se ao mercado de consumidores que a CPLP encerra, aproximadamente 240 milhões, já anteriormente mencionado. Mercado que permite a entrada de empresas internacionais públicas ou privadas chinesas, que funcionam como laboratórios de treino empresarial a fim de estas ganhem traquejo e experiência *overseas*.

Mantendo estes Fóruns, neste caso com a CPLP, Pequim consegue ou fica-lhe mais facilitado “vias de entrada” a blocos regionais dos quais os países em causa fazem parte. Apresentado exemplos, União Africana (UA) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) cujo Angola é membro, Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSA) cujo Timor Leste aspira ser membro, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) cujo Brasil é membro, União Europeia (EU) cujo Portugal é membro, entre outros organismos regionais. Entre estas razões que atraem a China à comunidade, ressaltamos ainda os países que se associaram e se associarão com o estatuto de observadores a esta comunidade, apresentando-se como mais uma oportunidade de desenvolvimento de acções diplomáticas, económicas ou de outros tipos (Alves, 2008: 15), e.g. Ucrânia, Luxemburgo, Senegal entre outros.

b. Dissemelhanças entre o apoio prestado aos países da CPLP

“Nós não somos uma organização de países ricos. A riqueza está na base da componente de solidariedade e apoio mútuo.”

Secretário Executivo CPLP³⁵

³⁵ Entrevista realizada em 20JAN2011 na Sede CPLP em Lisboa.



Apesar de ter mais de uma década de existência, os resultados da CPLP, em termos económicos, têm ficado aquém das expectativas dos seus membros. Se colocarmos de lado a língua e o legado histórico, juntamente com a carga emocional destes factores, não existem muitas similaridades entre os seus membros.

A CPLP engloba membros em diferentes estados de desenvolvimento, sendo uns dos mais pobres países do mundo (Moçambique posição 165 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Guiné Bissau posição 164 num total de 169³⁶), outro emergente (Brasil um dos BRICs, posição 73) e um país desenvolvido (Portugal que desceu da posição 29 para 40).

A realidade apresenta cenários diferentes, como se testemunha no quadro nº3, que variam de economias baseadas na exportação de matérias-primas (Países africanos), de outras com base na indústria e serviços (Brasil e Portugal), resultando num leque diversificado em termos de necessidades e objectivos a todos os níveis, onde as dissemelhanças são visíveis.

Quadro nº3, PIB dos países da CPLP:

	Área (km ²)	População 2009 (milhões)	PIB 2009 (mil milhões)	PIB % Crescimento 2009
Angola	1 246,7	12,8	83,5	13,2
Brasil	8 547,4	198,7	1 794,0	5,1
Cabo Verde	4,0	0,4	1,4	5,5
Guiné-Bissau	36,1	1,5	0,9	3,2
Moçambique	799,4	21,6	16,6	6,5
Portugal	91,9	10,7	232,0	-0,1
S. Tomé e Príncipe	1,0	0,2	0,3	5,5
Timor Leste	14,6	1,1	2,1	12,8

<http://www.indexmundi.com/>

Facilmente testemunhamos uma outra característica que distingue os países membros. Esta diz respeito aos recursos. Num quadro onde nos aparece alguns países com reservas importantes, nomeadamente Angola e o seu reservatório de crude, contrapondo outros, como Portugal e Cabo Verde, em que os recursos naturais não são os mais rentáveis na economia global.

A nível político também as diferenças são notórias, desde a instabilidade inegável na Guiné-Bissau até aos países democraticamente mais consolidados, Brasil e Portugal.

A nível social, também o panorama é heterogéneo. Se analisarmos indicadores como o índice de desenvolvimento humano, a esperança de vida à nascença, literacia adulta e o PIB *per capita*, deparamos com diferenças abismais entre alguns que se encontram no fim da

³⁶ (2010) . <http://hdr.undp.org/en/statistics/>.



tabela e outros que se posicionam mais para o topo. Condicionamentos como a escassez de recursos financeiros, falta de enquadramento financeiro institucional, a persistência de fantasmas colonialistas e uma frágil vontade política são outros factores a ter em conta na caracterização da comunidade lusófona. (Alves, 2008: 7).

O que esperam os membros da CPLP desta cooperação com a China?

É evidente que as expectativas dos diferentes membros da CPLP em relação à cooperação com a China são variadas. Variam de acordo com a estrutura económica e o desenvolvimento de cada um, e mais uma vez temos de enquadrar Brasil e Portugal num grupo e os países africanos e Timor noutro. Mesmo com esta organização, as expectativas, dentro de cada subgrupo, também são variadas.

Para o primeiro grupo, a China apresenta-se como terra de oportunidade para as suas empresas bem com um mercado enorme para onde podem exportar as suas produções. No campo da exportação para a China, Brasil tem assumido um papel mais forte do que Portugal. Mas convém referir que o volume de exportações é composto essencialmente por *commodities*. Esta ocupa o terceiro lugar do destino dos produtos brasileiros. Empresas brasileiras têm desenvolvido uma acção de sino expansão, como é o caso da *Embraer*. No caso português, existe um pequeno número de companhias a operar na China, e normalmente através de Macau. Portugal exporta, essencialmente, vinho, produtos electrónicos, cortiça e materiais de construção, mas em quantidades pouco significativas. (Alves, 2008: 16).

Com o grupo dos países africanos e Timor Leste, a expectativas não são tanto de expansão de mercado para as suas empresas, pois estas ainda se encontram num estado embrionário, mas vêm a China como importador das suas matérias-primas e como parceiro para o desenvolvimento. Mas o que tem sido considerável para os países africanos é a hipótese de terem uma alternativa às ajudas que vêm do oeste, nomeadamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Visto que a China não ingere em assuntos internos, nem cria qualquer tipo de exigências (apenas a questão de Taiwan) e a nível de contrapartidas e taxas é muito mais apelativa. China tem apostado em projectos no apoio ao desenvolvimento e reabilitação de infra-estruturas, nomeadamente pontes, vias de comunicação, hospitais, escolas, edifícios públicos, redes de electricidade, etc. Projectos com uma visibilidade enorme no tecido regional de cooperação. Muitos, senão quase a totalidade, são executados por empresas chinesas. Teoria do ganha-ganha. De realçar que Portugal e Brasil também têm desenvolvido projectos de monta nestes países (Alves, 2008: 18-19).



Segundo o *National Bureau of Statistics of China*³⁷, as trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa aumentaram 60,52% entre Janeiro e Agosto de 2010, face ao mesmo período de 2009. O valor global alcançado nos primeiros oito meses de 2010 foi de 58,57 mil milhões de dólares. A China vendeu neste período, para os oito países de língua portuguesa, produtos no valor de 18,59 mil milhões de dólares contra compras aos mesmos países de 39,98 mil milhões de dólares. Estes números traduzem aumentos homólogos nas exportações chinesas de 70,83% e nas importações da China de 56,14%.

A importância de cada membro da CPLP para a RPC é, como facilmente se pode depreender, diferente. O Brasil é o principal parceiro lusófono de Pequim: o volume das trocas comerciais foi de 38,69 mil milhões de dólares neste período, mais 52,40% do que entre Janeiro e Agosto de 2009. As exportações da China para o Brasil totalizaram 15,33 mil milhões de dólares - mais 97% - enquanto que as importações atingiram 23,35 mil milhões de dólares, mais 32,60%.

Angola em 2º lugar e Portugal aparece em 3º. Angola ocupa a posição de segundo parceiro entre os países de língua portuguesa nas trocas comerciais com a China que atingiram 17,27 mil milhões de dólares, mais 85,90%. As compras chinesas fixaram-se em 16,03 mil milhões de dólares - mais 111% - e as vendas totalizaram 1,23 mil milhões de dólares, menos 26,70%.

Portugal recebeu mercadorias chinesas no valor de 1,64 mil milhões de dólares contra compras chinesas de 483 milhões de dólares. Estes valores reflectem um aumento de 39,10% nas vendas chinesas e de 65,90% nas portuguesas, evidenciando um crescimento das trocas comerciais de 44,4%.

Para a generalidade dos países de língua portuguesa, incluindo são Tomé e Príncipe, as trocas comerciais da China registaram aumentos significativos (Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste superiores a 50%). Estes valores só vêm confirmar que desde o estabelecimento do Fórum de Macau as relações comerciais entre os dois países têm-se intensificado. Além desta aparente ligação directa entre o incremento comercial e a implementação do Fórum, outras actividades não comerciais também sofreram um acréscimo. Entre elas, apresentamos as promoções culturais e de troca de conhecimento, as consecutivas visitas oficiais de altos quadros, o incremento do transporte aéreo, a troca de informação através dos *media*, entre outras (Alves, 2008: 26).

³⁷ *China Statistical Yearbook 2009*, www.stats.gov.cn.



Indiscutível é a partilha histórica entre China e Portugal de 450 anos que criou laços linguísticos e culturais indiscutíveis entre os países lusófonos e Macau, mas mesmo assim muito tem de ser feito para potencializar de forma unânime os benefícios que se possam retirar de um Fórum desta tipologia. Segundo Ana Cristina Alves³⁸, algumas recomendações têm de ser tidas em consideração pelos diferentes órgãos sob a égide do Fórum de Macau.

- Fórum Macau: desenvolver e consolidar a sua estrutura para evitar frustrações e suspeições; continuar a promover acções que promovam o conhecimento mútuo e desenvolver o papel de Macau como centro de interface de informação e cooperação.

- A China: demonstrar mais transparência nos empréstimos que concede evitando corrupção; manter o não envolvimento em actos políticos nacionais dos países lusófonos (e.g. eleições em Angola); usar a plataforma de Macau mais eficientemente; desenvolver um quadro de cooperação multilateral e multissetorial mais efectivo e desenvolver parcerias empresariais com companhias locais (no caso dos países lusófonos de África) ou com Portugal e Brasil, por estes terem uma larga experiência de relacionamento.

- Aos países africanos com língua oficial portuguesa: formular uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo; gerir os recursos naturais que são limitados e diversificar a sua economia, não a apoiando tanto nas matérias-primas; desenvolver um quadro legal e institucional e um quadro global de investimento para atrair o investimento estrangeiro chinês em paralelo com o desenvolvimento de contratos de apoio; aproveitar os recursos humanos chineses para as capacidades humanas locais e promover a transferência de tecnologia; criar condições para desenvolver o sector privado e usar o Fórum de Macau para promover a imagem e os negócios na China.

De acordo com o Sr. Eng. Domingos Pereira, a cooperação com a China tem pecado pela pouca transferência de competências (ao nível humano) para o país ajudado e pela não utilização da mão-de-obra local, mais um aspecto que os 8, através da CPLP, podiam fazer valer a sua opinião no Fórum de cooperação. Outro aspecto mencionado pelo Secretário Executivo é a questão dos fundos que a China coloca à disposição dos países africanos, que são apetecíveis pois não obrigam a grandes condicionamentos. Ao contrario do que é feito pelos países do ocidente. Esta forma de atitude liberta os países receptores do empréstimo de condicionalismos, o que pode deitar a perder o esforço que se tem feito para estruturar os organismos locais – logo desestruturamos na sua opinião (é interessante verificar a opinião de um político africano no efeito que os empréstimos chineses podem provocar).

³⁸ Investigadora do SAIIA.



- Brasil e Portugal: promover os seus interesses económicos na China; desenvolver parcerias com empresas chinesas a actuar nos membros da CPLP africanos e em Timor, maximizar o dinamismo económico existente como forma de reforçar os laços dentro da comunidade lusófona (Alves, 2008: 29).

Apesar de ser patente que a criação do Fórum Macau não se destinava atingir interesses com o Brasil nem Portugal, não se deve subestimar a função útil, mas não indispensável que Portugal possa ter como base organizadora dos investimentos da RPC em África lusófona (Vasconcelos, 2009: 268). Complementando esta ideia, O Secretário Executivo da CPLP afirma que *“Portugal e Brasil têm responsabilidades acrescidas, por serem os países com políticas e sociedades mais amadurecidas. Vemos a ascensão de Angola a este primado, embora mais por razões económicas. Não que sejam mais importantes que os outros, pois a CPLP é uma organização em que um país equivale a um voto. A CPLP é importante para os mais fortes, pois é uma forma de tomada de posição internacional, e é importante para os menos fortes de forma a se fazerem ouvir.”*

c. Apoio sino-angolano: passado, presente e futuro

Angola durante o período de descolonização foi palco de confrontações de grupos de libertação co-ajudados por actores exteriores. A guerra anti-colonial, que começou em 1961, foi travada por três movimentos nacionalistas rivais: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). No enclave de Cabinda, a regionalista Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) foi adicionalmente activa. A descolonização foi provocada, não por acção directa destes movimentos, mas principalmente como consequência do golpe de Estado de 1974 em Portugal. Em 1975, o MPLA proclamou a sua independência e estabeleceu um regime socialista, apoiado pela União Soviética e seus aliados. UNITA³⁹ e, inicialmente, a FNLA, travaram uma guerra longa e amarga contra o MPLA, com a ajuda do regime de Mobutu no então Zaire, da China, da África do Sul, dos Estados Unidos e outros países. Durante a era colonial os diamantes foram o mais importante recurso natural em Angola. A exploração do petróleo começou no fim do domínio colonial, tendo sofrido grande desenvolvimento após a independência revelando-se de extrema importância em termos económicos e políticos. O petróleo financiou projectos militares e económicos o que tornava a capacidade produtiva da maioria da população irrelevante para o Estado (Angola, 2010: 3).

³⁹ Jonas Savimbi, de tendência maoista, actuava com o apoio da China recebeu treino na China juntamente com alguns militantes da UNITA (Esteves, 2008: 64).



Para o nosso estudo, e como já apresentado anteriormente em quadro, as relações político-institucionais entre os dois países datam de 1983. Desde então as trocas diplomáticas, efectivadas por visitas oficiais, multiplicaram-se de forma dispersa ao longo dos anos. Tal como nos restantes países africanos, a sua presença no FOCAC foi essencial para a intensificação de acções. Com o fim da guerra civil em Angola em 2002, o caminho para a cooperação estava mais escancarado e a ambos os Estados aproveitaram. Salientamos o empréstimo no valor de 2 mil milhões USD que foi concedido em 2004 pela RPC a Angola. Este comportamento bilateral tem causado algumas apreensões, nomeadamente a Portugal, que vê a sua posição e estatuto de parceiro privilegiado (por razões históricas e económicas) em jogo. A questão é saber se existe mercado e oportunidades para todos ou se a China está disposta a este tipo de relacionamento multilateral em solo angolano, ou se pelo contrário, prefere actuar sozinha. Com base na sua ideologia pacífica, que por enquanto tem sido comprovada, no entanto questiona-se até quando, a resposta seria de que o multilateralismo será bom para todos.

Como contrapartidas do relacionamento sino-angolano, a RPC pode obter de Angola o tão apetecível petróleo e outros recursos naturais (diamantes), o acesso ao mercado angolano, a utilização do poder geopolítico de Angola e o apoio para o isolamento internacional da Formosa. Por outro lado Angola poderá receber em troca, os apoios financeiros⁴⁰, o perdão das dívidas⁴¹, experiências intersectoriais, cooperação técnica multisectorial, produtos chineses a baixo preço (têxteis, electrónicos) e apoio em *fora* internacionais, e.g. ONU (Esteves, 2008: 127-128). Têm sido lavrados vários acordos de variada índole, nomeadamente, construção de infra-estruturas, cooperação técnica (educação e saúde), empréstimos para o desenvolvimento de projectos angolanos, cooperação energética e recursos, telecomunicações entre outros. À semelhança com o descrito no capítulo 2, a maior parte dos projectos são executados no terreno por empresas chinesas. A aposta é no domínio das obras públicas, nomeadamente infra-estruturas de transporte (estradas, caminhos de ferro, portos), que possam dinamizar o escoamento de produtos pelo vasto território angolano.

O petróleo, e como já referido no capítulo 2 alínea a), é um dos motores para a política externa chinesa e ao mesmo tempo é a base da economia angolana. De acordo com dados da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), e em relação às

⁴⁰ Com juros baixos e prazos alargados (de 7 para 17 anos) que podem ser negociados por troca de recursos naturais, nomeadamente petróleo.

⁴¹ Estima-se que em 2000 o valor de perdão atingiu os 81 milhões USD (Esteves, 2008: 141).



exportações angolanas, o petróleo em 2007 representou 95,4% das exportações, os diamantes 2,8% e o gás natural 1,0 %.

A China é altamente dependente do exterior quanto ao fornecimento de petróleo, colocando Angola e os seus recursos na sua mira. Observamos o seguinte quadro.

Quadro nº4, relação importações exportações da China a Angola:

	2007		2008	
	Importações	Exportações	Importações	Exportações
% em relação a África	35,0	3,3	40,0	6,0
% em relação ao mundo	1,3	s/s	2,0	s/s

Cálculo executado com base dos dados retirados em www.stats.gov.cn.

O peso das importações que a China faz a Angola não é de menosprezar, se considerarmos África como o “bolo”. É claro que a nível mundial o peso diminuiu, mas rapidamente, e após cálculos com base em outros países, nomeadamente Portugal, constatamos a importância que Angola têm para Pequim e para as suas empresas petrolíferas⁴². A estratégia petrolífera da China em território angolano passa pela obtenção de concessões de exploração bem como a participação em *joint ventures* (Esteves, 2008: 131-135).

Além desta relativa importância que o petróleo angolano tem para a China, não podemos descorar a actual posição que Angola tem e a que poderá vir a ter no contexto africano.

A nível regional, Angola desempenha um papel de potência em devir. Tem consolidado o seu posicionamento regional e a sua defesa territorial, nomeadamente, com a sua inclusão na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Desde a formação desta comunidade que África do Sul assumiu o papel de liderança, mas no entanto esse protagonismo está a desvanecer devido ao papel cada vez mais activo e influente de Angola, efectivado a partir de 2002. Muito devido à função de destaque desempenhada pelas forças armadas angolanas nessa região, em especial para evitar que a UNITA usasse esses países como base de ataque. É de lembrar, como exemplo, que Angola entendeu na República Democrática do Congo (RDC) e no Congo Brazzaville, regiões com os quais tem um relacionamento amigável. O poder militar de Luanda e Pretória são equivalentes, no entanto Angola destaca-se pelo papel activo do seu exército, experiente na participação de operações de paz no continente. Mas, actualmente, e numa perspectiva global, África do Sul é

⁴² As duas empresas principais a operar em Angola são a Petrochina e a Sinopec.



ainda o país mais poderoso da região. Realçamos, a integração de Angola no Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e na Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEEAC), organizações que constituem uma oportunidade para se projectar como potência regional, dado que são organizações dominantes no continente africano (Esteves, 2008: 136-141)

Os olhos ocidentais estão atentos a esta relação, e o próprio FMI já foi preterido pelos sino capitais com características de não ingerência e mais fáceis de trabalhar que os empréstimos à luz de Bretton Woods. Mas esta não ingerência nem sempre é assim tão “pura”. Casos houve, e nomeadamente em Angola, que a secreta chinesa colocaram no “colo” dos dirigentes angolanos informações que os obrigaram a tomar medidas. Falamos de um caso de corrupção que um alto quadro da Comissão intersectorial⁴³. Este problema da corrupção ainda tem uma expressão elevada em Angola o que levou a algumas medidas de controlo e de fiscalização de todo o processo de cooperação. Muitas críticas soam dos partidos de oposição, reclamando uma maior fiscalização, pois segundo eles, muitas das obras executadas pelos chineses são de fraca qualidade, não integram mais-valias de valorização de mão-de-obra local e não se materializa uma importação de tecnologia. Estas reivindicações, no nosso entender têm algum fundamento mas não espelham a totalidade dos casos.

Como referido anteriormente no nosso estudo, e em relação a África como um todo, as empresas chinesas tem características próprias de funcionamento tal como tem a cultura africana (Esteves, 2008: 149).

Defendemos que Angola deverá adoptar a multiplicidade de parceiros seguindo a óptica da globalização. A dependência em apenas um actor da cena internacional pode criar engulhos à própria economia do país. Para a fase iniciadora do seu desenvolvimento a cooperação com a China foi e é de sobre maneira vantajosa, mas à medida que se caminha para algum desenvolvimento do tecido empresarial angolano, o rumo deverá ser o multilateralismo. Poderão os líderes angolanos ter como exemplo algumas políticas implementadas na China, como a reforma da agricultura, adaptando-as a nível interno com todas as alterações que isso determine. Após uma consolidação interna, talvez enveredar pela estratégia do *going-out* de forma a se tornar na potência regional. A CPLP poderá muito bem servir para este salto e para o “despegar” das amarras de um possível neocolonialismo chinês. Possivelmente a RPC já se apercebeu ou anteviu esta possível modalidade de acção e através do Fórum Macau fica com ambas as possibilidades de jogo, bilateral e em grupo.

⁴³ Esta comissão tem como objectivo a monitorização dos compromissos assumidos entre os dois países.



Como em todos os sistemas, a etapa de retrospecção e de implementação de mecanismos de avaliação são essenciais para o colmatar de erros perversos no processo de cooperação. E julgamos que chegará a hora de dar ferramentas de trabalho à mão-de-obra Angola, assimilar culturas e traçar objectivos enquadrados nas grandes potencialidades que Angola possui.



3. Portugal no actual contexto tripartido

Antes de iniciarmos a análise do assunto em epígrafe, vejamos algumas considerações no âmbito da cooperação bilateral e multilateral portuguesa.

A nível nacional, existe uma linha estratégia, que pode ser consultada no sítio do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), que norteia a actuação de Portugal, constituindo-se como a base para a orientação e estruturação dos actores internos para as várias fases, planeamento, implementação e avaliação. O documento em causa é de 2010 e identifica os princípios, objectivos genéricos e específicos. A visão estratégica da cooperação portuguesa para o desenvolvimento é centrada nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e sublinha a importância de um maior envolvimento nacional nas grandes discussões no espaço multilateral de forma a defender os interesses estratégicos da política externa, apontando como orientação primeira o continente africano e o reforço do espaço lusófono. Os espaços multilaterais prioritários são UE, CPLP, ONU, OCDE (em especial o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)), instituições financeiras internacionais, Conferência Ibero-americana e outras organizações regionais (e.g. União Africana e SADC). Como princípios para a cooperação, Portugal defende a Coordenação, Coerência e Complementaridade entre os vários actores, bilaterais e multilaterais, a nível internacional e interno.

No nosso entender, o racional está bem desenvolvido e enquadra-se nas relações que um Estado tem de desenvolver e como as deve implementar. Realça, o mesmo documento, que os domínios da política externa que mais contribuem são a diplomacia, o desenvolvimento e a defesa.

Atribui ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) (em particular ao IPAD) o ónus da definição e orientação da execução da política de cooperação para o desenvolvimento em articulação com outros órgãos nacionais com o objectivo genérico de reforço da presença e capacidade de influência de Portugal, através do aumento da eficácia da coordenação. As Representações e Missões Diplomáticas são referidas⁴⁴ como fundamentais no acompanhamento e transporte de informação, bem como na coordenação, acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados. Para que seja assegurada uma efectiva implementação das directivas estratégicas, é indispensável o estabelecimento de mecanismos de programação, articulação e coordenação dentro do MNE e entre ele e os restantes órgãos nacionais⁴⁵, através de troca sistemática de informação e a realização de reuniões regulares de coordenação com vista ao reforço da sistematização.

⁴⁴ Página 14 do referido documento.

⁴⁵ Supra referidos e esta acção originando os Planos Integrados de Cooperação (PIC).



É definida ainda, e a um nível mais elevado, a Comissão interministerial para a Cooperação (CIC) e o conselho de Ministros para os Assuntos de Cooperação, que se constituem como importantes mecanismos para implementação das estratégias definidas. A CIC deve “desempenhar um papel fundamental na sistematização da programação, acompanhamento e avaliação da acção da cooperação...”⁴⁶ apresentando-se como plataforma para a discussão e aprovação de documentos programáticos.

a. Portugal e a CPLP

A CPLP foi criada em 17 de Julho 1996, após alguns anos⁴⁷ de conversações entre os Estados de língua oficial portuguesa, com os seguintes objectivos gerais: *i)* a concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; *ii)* a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; *iii)* e a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa

Segundo José Aparício de Oliveira⁴⁸, somos levados a aceitar que o nascimento da CPLP se ficou a dever ao surgimento de um movimento espontâneo que não pressupõe obrigações constitucionais, nem interferência nos compromissos já assumidos pelos países membros da Comunidade (*apud* Moreira, 2007: 198). As acções de cooperação desenvolvidas caracterizam-se por serem muito diversificadas, por não estarem sujeitas a uma estratégia global, por serem promovidas a vários níveis e por diversas entidades, e por carecerem de cooperação, de fiscalização e de avaliação. (Moreira, 2007: 202)

Procurando justificar, o não atingir de alguns objectivos da CPLP e da falta da sua visibilidade, alguns círculos ligados à organização afirmam que essa falha se deve à falta de recursos financeiros, materiais e humanos, e que é necessário criar instituições, departamentos, comissões etc. Não se crê que isso será assim, ao invés, o mau funcionamento se deve na maioria das vezes a um excesso de recursos humanos, e à miríade de entidades com as mesmas competências e atribuições para atingir os mesmos objectivos numa permanente e incompreensível duplicação de centros de actividade. O que leva a que a responsabilidade do não cumprimento dos objectivos se dilua. (Moreira, 2007: 209)

⁴⁶ Página 17 do referido documento.

⁴⁷ Primeiro passo foi em NOV1989 em São Luís do Maranhão num encontro entre Chefes de Estado e Governos. <www.cplp.org>

⁴⁸ Ministro e embaixador do Brasil.



Ao longo das últimas décadas a cooperação portuguesa⁴⁹ tem sofrido várias inflexões desenvolvidas por vários Ministérios, diversos organismos e variadas entidades públicas e privadas sem que tenha existido uma verdadeira e consistente estratégia, seja ela global ou parcial, definição de objectivos, um programa estruturado e um orçamento integrado. Depois dos processos de independência das ex-colónias portuguesas, e não obstante a difícil situação que Portugal viveu nos anos seguintes a este processo, a política de cooperação portuguesa privilegiou estes países. Este facto levou a que não tenha havido uma lógica de cooperação única, sendo muito diversificados os investimentos, resultando em concretizações ambíguas e em muitos casos a queda no desconhecimento da sua realização. (Moreira, 2007: 214)

É de aceitação fácil que o ónus para o desenvolvimento e aprofundamento das relações de cooperação cultural no âmbito da CPLP deve recair sobre Portugal e o Brasil por: i) serem os países que têm um passado histórico mais vasto como estados independentes; ii) terem uma posição importante no concerto das nações; iii) possuírem níveis de desenvolvimento superiores; iv) e porque são os contribuintes líquidos para a Ajuda Pública para o desenvolvimento (APD). Tal constatação não significa que na CPLP existam países menos ou mais importantes, significa sim, que Portugal e Brasil têm obrigações acrescidas. (Moreira, 2007: 220).

O novo rumo a seguir por Portugal no que respeita à cooperação, é a elaboração de um plano director, sério e escrupuloso, e que concerne numa única instituição toda a responsabilidade pela implementação, desenvolvimento e avaliação da cooperação estatal, privada ou mista. Apenas assim se poderá querer, numa segunda linha, que a própria CPLP atinja os propósitos para que foi pensada (Moreira, 2007: 223).

Revisitada a estrutura de cooperação e quais os principais órgãos que a desempenham, e particularizando o caso de cooperação com Angola, vejamos algumas considerações retiradas da Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação com Angola 2004-2006 e dos respectivos Planos de Cooperação⁵⁰. De uma maneira muito generalista é afirmado que os programas e planos não têm respondido às necessidades, não definindo, de forma temporizada e quantificada, os objectivos, resultados e respectivos indicadores (isto impede a execução de uma avaliação dos resultados alcançados). A informação disponível sobre os projectos é insatisfatória, ao mesmo tempo que o acompanhamento das iniciativas tem se revelado inadequado muito por culpa da inexistência de procedimentos estruturados e padronizados. Aviva que os diversos interlocutores portugueses responsáveis pela cooperação não possuem

⁴⁹ Tendo como universo os países africanos da CPLP, <http://www.ipad.mne.gov.pt/>.

⁵⁰ *Idem*.



mecanismos de coordenação, designadamente entre os ministérios⁵¹, muito por falta de uma estratégia concertada. Acrescenta que a nível do terreno, a coordenação é incipiente por escassez de recursos humanos na Embaixada de Portugal em Angola.

b. Relações sino-lusas

“Face a interdependência que caracteriza a realidade dos nossos dias, há que saber evitar a confrontação, o isolacionismo e o proteccionismo e trabalhar em conjunto em favor da abertura e transparência dos mercados e em nome de um sistema global mais justo e equilibrado, que privilegie o diálogo construtivo entre parceiros.”

Prof. Aníbal Cavaco Silva

Foi após a viagem de Vasco da Gama, no reinado de D. Manuel I, e da descoberta do caminho marítimo para a Índia, que os portugueses prosseguiram as suas explorações para oriente. Em 1513, Jorge Álvares ergueu um padrão aquando da sua chegada à Ilha de Ling-Ting e dois anos mais tarde, Rafael Perestrelo chegou ao Rio da Pérola. A partir destes primeiros contactos, intensificaram-se os laços, sobretudo ao nível comercial. No ano de 1553, Leonel de Sousa, obteve autorização para que os portugueses se pudessem estabelecer em Cantão e em Macau, sendo esta última região entregue aos portugueses como recompensa do auxílio por eles prestado aos chineses contra a pirataria marítima no período de 1557 a 1564⁵².

Durante a dinastia Qing, entre 1667-72, a diplomacia portuguesa do Poder Central de Lisboa, na mão de Manuel de Saldanha (seguido de Alexandre Menezes e Francisco Sampaio), obteve o reconhecimento com êxito, após algumas tentativas anteriores que saíram logradas. Não é fácil encontrar, na Ásia, uma relação bilateral com um país europeu tão antiga e ao mesmo tempo tão ambígua, como a estabelecida entre Portugal e a China. A ambiguidade e por vezes incoerência advêm, na maioria dos casos, de avaliações erradas de parte a parte e alguma ignorância ou falta de troca de informação. Deve-se por vezes, e do lado luso, à excessiva multiplicidade de centros de análise e decisão diplomática, com perspectivas diversas sobre a realidade.

Macau têm sido o pivô de excelência para a caracterização das relações de cinco séculos, tornando-se por vezes uma mais-valia e por vezes um engulho suplementar, aliado a este panorama, a não existência de uma estratégia política concertada e sistematizada, com processo de avaliação e fiscalização, referente aquela área do globo. A relação pautou-se por

⁵¹ TCor Alexandre Carriço transmitiu esta ideia mas ao nível da cooperação com Moçambique.

⁵²: [http://www.infopedia.pt/\\$chegada-dos-portugueses-a-china](http://www.infopedia.pt/$chegada-dos-portugueses-a-china).



altos e baixos, muitas das vezes dependente dos sistemas políticos vigentes e da falta de sinergia entre ambos. Apesar de todos estes factores, a descolonização de Macau foi feita de forma exemplar e realista (Jesus, 2007: 85-101) mas no que concerne ao período do após descolonização, julgamos que foi subaproveitada pelas entidades portuguesas, públicas e privadas⁵³ as oportunidades existentes.

Como apresentado no quadro 2, as relações diplomáticas foram reatadas à 32 anos, com a assinatura de um protocolo em Paris no qual foi tido em atenção a situação específica de Macau e a 8 de Fevereiro 1979 efectivou-se a troca de diplomatas. Em *Beijing*, no ano de 1987, numa decisão bilateral entre os governantes, Deng Xiao Ping do lado chinês e o primeiro-ministro português de então, Prof. Cavaco Silva, estipulou-se para 20 de Dezembro de 1999 a transferência administrativa de Macau para RPC, sob o princípio “Um país, Dois sistemas” (Leandro, 2008: 129-134). É neste clima que as visitas oficiais se sucederam, culminando com a visita oficial do presidente chinês, Hu Jintao, a Portugal nos princípios de Novembro de 2010.

Embora as relações económicas entre Portugal e China tenham sofrido um aumento, ainda se encontram a um nível abaixo do desejado tendo em conta o potencial existente, situação que urge ser remediada. Existe espaço de oportunidade que Portugal deve desenvolver e promover com vista ao imenso mercado do Oriente (Freire, 2008: 155) e de acordo com o Secretário Executivo da CPLP a relação que “*Portugal tem com a China é secular, que nisso existe uma enorme vantagem mas deve ser potencializada.*”

Na senda dos acordos estabelecidos em 2005⁵⁴, no qual se inscreve o de Cooperação Económica⁵⁵, o de Parceria Estratégica Global⁵⁶ e o estabelecimento do Fórum de Macau, foram assinados na visita de Hu Jintao em 2010 mais quatro acordos institucionais no domínio do turismo, investimento, ciência, educação e tecnologias de informação, e nove acordos empresariais nas áreas financeira, telecomunicações, energia, mobiliário, produtos alimentares, têxteis e materiais de construção⁵⁷. Salientamos que estes acordos em 2010 são reforços de parcerias já existentes entre empresas portuguesas e chinesas não se tratando de uma novidade⁵⁸.

⁵³ Sr. TCor Carriço.

⁵⁴ Acordos que vigoram 5 anos sendo automaticamente renováveis por períodos de sucessivos de um ano. Acordos de cooperação em diversas áreas: judicial, saúde, cultural, educação e investigação. (Rebelo, 2010: 93).

⁵⁵ Assinado em Pequim, JAN2005.

⁵⁶ Assinado em Lisboa em DEZ2005.

⁵⁷ www.portugal.gov.pt

⁵⁸ Algumas destas parcerias já são observadas em documentos de 2008, e.g. Freire, 2008: 157.



A nível comercial e em 2009, a balança comercial demonstrou um aumento gradual das exportações de Portugal e um decréscimo das importações. Não é motivo para regozijo pois o valor das exportações é da ordem de cinco vezes inferior ao das importações, ou sejam 221 818 milhares de euros de exportações face a 1 114 669 milhares de euros das importações. A importância que Portugal tem como fornecedor para a China é baixa, situando-se na 77ª posição e como cliente, Portugal, é o 65º cliente mais importante da China. Como vemos a expressão é fraca. Ao revés, a China para Portugal é o 7º maior fornecedor e o 21º cliente (valores de 2010) (AICEP, 2011: 9-17).

Estes dois extremos do continente euro-asiático, podem-se tocar nas oportunidades que oferecem. As áreas de oportunidade para Portugal em relação ao mercado chinês em expansão, além da tradicional, turismo, serão as energias renováveis, os materiais de construção, educação e ciência, sistemas de informação, transportes e comunicações, sector comida e o das bebidas. Cabe ao tecido empresarial nacional, Governo e sector financeiro criar a coesão necessária e objectivos comuns aliados a uma actuação consertada de forma a tirarem o máximo de vantagens do colossal mercado chinês e dos meios financeiros, promovendo Portugal e os produtos portugueses, pois *“The future in China is now. Let’s not lose any more time”* (Freire, 2008: 162).

c. Consequências para Portugal da acção chinesa em Angola:

Angola é um parceiro com peso nas relações comerciais de Portugal. Tem-se assistido a um crescendo, na ordem dos 23% ano, no aumento das trocas comerciais, com vantagem para Portugal. Particularizando, e analisando desde do ano 2000, Portugal tem exportado muito mais do que importa para Angola. Em 2000 o saldo da balança era de 313 milhões de euros, favorável a Portugal, evoluindo para 2 091 milhões de euros em 2009. Curiosamente, a percentagem das exportações lusas para Angola têm crescido a uma taxa de entre os 20 e os 30%, aproximadamente, e as importações têm tido um aumento acentuado, tendo atingido em alguns períodos cerca dos 500% (entre Jan/Jun 2009 e mesmo período de 2010)⁵⁹. Este facto das importações aumentarem deve-se exclusivamente ao aumento da compra de petróleo por parte de Portugal⁶⁰. Testemunhando a importância desta relação, actualmente, Angola passou da 11ª posição de cliente em 2005 para 7º em 2009. Já como fornecedor, e entre o mesmo período, mantém a 12ª posição. O grande salto foi quando Angola começou a fornecer petróleo a Portugal (2005), passando da posição 128 para 12ª.

⁵⁹ AICEP Portugal Global.

⁶⁰ Antes de 2005 a compra de petróleo não se efectuava.



Assim sendo, Portugal não é dos maiores clientes de Angola aparecendo no 12º lugar da tabela com 0,95% (2008), na qual a China ocupa o primeiro posto com uma parcela de 35% no mesmo ano. Como fornecedor, as posições relativas entre Portugal e China alteram-se, sendo o 1º fornecedor de Angola Portugal com 18,4 % da quota e a RPC em 2º com 16,1%. A tendência é para a China ultrapassar Portugal na quota das importações feitas por Angola⁶¹. De salientar que Angola tem apresentado um crescimento económico na ordem dos 13, 4% em 2008, muito por culpa do bom desempenho do sector petrolífero, representando este sector 57% do seu PIB e 98% das exportações.

Assiste-se a uma expansão paulatina do sector agrícola e da construção, bem como da dinamização do investimento. Mas Angola está muito dependente dos mercados petrolíferos e do preço desta *commodity*.

As empresas portuguesas que operam em Angola, empregam angolanos, executam parcerias e cooperam em projectos de desenvolvimento local o que se transforma numa mais-valia para o tecido económico angolano, o que na maioria das vezes não acontece com as empresas chinesas. Angola gosta de cooperar com Portugal e mesmo a nível das Forças Armadas tem solicitado a sua integração nos contingentes portugueses nas missões de paz, mas até ao momento Lisboa não se tem mostrado receptiva a estas propostas⁶². Em contraponto, a cooperação militar tem apresentado uma receptividade e resultados de qualidade e a comprovar, entre outros exemplos, os vinte anos de cooperação⁶³ entre o IESM e o Instituto Superior de Ensino Militar angolano.

Se, e como nos foi transmitido pelo Sr. MajGen Vasconcelos, a RPC “entender que deve valorizar a relação com os países de língua portuguesa não apenas nos respectivos planos bilaterais, mas também numa perspectiva multilateral” acreditamos então que isso “tenha reflexos positivos a diversos níveis – tangíveis e intangíveis – para Portugal”. Crê, no entanto, que Lisboa terá de ter os pés bem assentes na terra, com uma consciência realista no que concerne ao que pode retirar de uma boa relação entre Luanda e Pequim. É evidente e não levanta qualquer dúvida que Angola e China irão primeiramente ter em consideração os seus interesses e não aos interesses portugueses.

Lisboa deverá conseguir, defendemos nós, que será através de um plano objectivo e multisectorial, saber-se posicionar para “*beneficiar dessa boa relação*”. Mas como defende

⁶¹ AICEP Portugal Global.

⁶² Prof. Luís Tomé. Entrevista informal no IESM em JAN2011.

⁶³ Contra-almirante Aníbal Borges, visita da delegação de alunos do CEM Alemão, 29MAR2011.



também Glória Rebelo⁶⁴, a nova política sino-africana “...*deve ser conjuntamente vista como uma oportunidade para encetar uma profícua cooperação triangular em diversas áreas da sociedade e da economia...*” (2010: 98).

Resumindo, a nível económico e no actual cenário, não é detectável uma implicação directa para Portugal da acção chinesa em Angola. É um facto que foi no período entre 2004 e 2006 que Pequim intensificou as suas acções naquele país, e podemos constatar que não é reconhecido, ao nível das relações comerciais Portugal - Angola, nenhuma alteração do padrão que se assistia até aí. Depreendemos então que a entrada da China no mercado angolano não afectou Portugal, pelo menos no período temporal de então até à execução deste estudo.

Um exemplo que apresenta-mos é ao nível de construção civil. É um facto que muitas empreitadas têm sido ganhas por empresas chinesas em detrimento das brasileiras ou das portuguesas. Mas temos que contrapor com a evidência que se não fosse o financiamento chinês muitas delas não se tinha executado.

De acordo com o TGen Garcia Leandro “...*com a nova ordem internacional em construção e os interesses da China em África ligado com a experiência e contactos de Portugal lá, ambos os países têm grandes possibilidades de continuar a trabalhar juntos no futuro, permitindo a continuação do relacionamento bilateral.*”⁶⁵”

d. Modalidades de acção para Portugal

De acordo com o Secretário Executivo da CPLP “*Portugal é um parceiro estratégico para os países africanos da CPLP, de uma confiança total, muito por razões históricas. A importância de Portugal, neste contexto, só depende de Portugal. A história não se substitui com empréstimos bancários. Portugal ainda é refém de complexos, medos (neo-colonialismo). Tem vocação por conhecimento e não por estratégias. Mas Portugal tem que se envolver*”. Como exemplo apresentou o caso da discussão fronteiriça entre Guiné-Bissau e Senegal. Em que a França está ao lado do Senegal, e Portugal está neutro, afirmando “*isto não pode acontecer*”. Segundo o Sr. Eng. “*foram Portugal e França que traçaram estas linhas. Tem uma palavra a dizer. Não podemos esquecer a história*”. Tenta com esta ideia afirmar que a acção mais activa de Portugal é necessária e é requerida pelos membros africanos da CPLP. Conclui dizendo que a China não é uma ameaça para Portugal em relação aos países africanos da CPLP, existindo campo de actuação para todos a vários níveis. “*A ameaça para Portugal é Portugal. Tem de ter vontade de actuar de forma concertada e objectiva*”.

⁶⁴ Prof. Universitária e investigadora ISCTE.

⁶⁵ Tradução livre, Leandro, 2008: 134.



Como vimos no ponto anterior, as relações entre Lisboa e Luanda são intensas comparadas com outros países, no entanto “...Portugal deve valorizar as suas relações bilaterais com Angola e está a fazê-lo...” (MajGen Tiago Vasconcelos). Julgamos, e partilhando o mesmo pensamento referido pelo autor, que Portugal deve “...valorizar as suas relações com Pequim, no quadro bilateral e no da União Europeia...”, relações essas que no passado não foram bem desenvolvidas nem aproveitadas em momentos chave onde “...poderíamos ter tirado mais partido do sucesso...” como foi o caso do processo de transição de Macau. Esta noção também nos foi transmitida pelo Sr. TCor Alexandre Carriço, salientando que muitos dos empresários macaenses esperavam mais de Portugal e das empresas lusas no que diz respeito ao “agarrar” de oportunidades únicas que se lhes ofereceram.

Ao contrário de Portugal, “...a China não perdeu essa oportunidade e, hoje, assistimos à circunstância de, mais do que Portugal, ter sido a China a grande impulsionadora do Fórum...”(MajGen Tiago Vasconcelos). A atitude de Lisboa neste Fórum deve ser potenciada e desenvolvida, como defende o referido autor. Defende ainda que a atitude de Portugal deve ser de “jogar” no campo das relações bilaterais (duas vertentes, a chinesa e a angolana), potencializando as boas relações que possui, conjugando estas acções com um maior envolvimento a nível do Fórum de Macau para que “o efeito conjugado destas três linhas de acção seja o de maximizarmos as nossas oportunidades de triangulação com Luanda e Pequim em projectos de que as três partes beneficiem.” Segundo o Prof. Luís Tomé⁶⁶, a questão política é um entrave à cooperação conjunta entre Portugal e China em Angola, pois as questões de implementação da democracia podem ser postas em causa.

No entanto, afirmou que a China poderá ter vantagem em cooperar com Portugal para contrabalançar o poder na região em relação a outros países europeus. A melhor opção para Lisboa é ir à “boleia” da China e integrar consórcios luso-chineses, usando o poder da língua como uma mais-valia. No que respeita a uma possível ponte que Portugal podia prestar entre China e Angola, afirma que a China não precisa de Portugal para nada e não passa de uma mentira, ideia igual nos foi transmitida pelos investigadores que contactamos⁶⁷. Portugal pode, devido às suas boas relações com ambos (ao contrário de alguns países europeus), encetar esforços de cooperação triangular e aproveitar esta potencialidade.

Uma das dificuldades que se apresenta a Lisboa e às empresas portuguesas é sem dúvida o poderio financeiro das suas congéneres chinesas, em que o poder estatal é bem

⁶⁶ Entrevista informal no IESM em JAN2011.

⁶⁷ Dra. Cristina Alves e o Maj Gen Vasconcelos.



notório. Mesmo que para isso se tenha de, numa fase inicial, aceitar prejuízos. Estas empresas, com muito apoio financeiro estatal, são capazes de concorrer em situação de vantagem em relação às demais, tornando muito difícil apresentarem valores competitivos, exemplo notório é nas empreitadas públicas⁶⁸. Depreendemos que não é na concorrência directa entre actores económicos que as empresas lusas terão vantagem e daí retirarem dividendos.

Como modalidade de acção, além do que até já foi relatado, não podemos descurar o êxito da cooperação militar. Julgamos que aliada a esta, outras se deviam seguir de forma concertada e com objectivos holísticos mitigando a falta de recursos que Portugal possui.

⁶⁸ Prof. Miguel Neves, entrevista informal no IESM em DEZ2010.



Conclusões, propostas e recomendações

a. Conclusões

Como resposta à nossa primeira Questão Derivada (QD), e como foi exposto no capítulo 2, confirmamos a Hipótese (H) 1, na qual a RPC impõe no Continente Negro uma presença diplomática forte, com embaixadas e organizações chinesas multissetoriais, sendo a diplomacia chinesa feita ao mais alto nível. Prova disto, são as numerosas visitas oficiais levadas a cabo no sentido Ásia – África e vice-versa. Destas ligações têm resultado acções de cooperação aos vários níveis decorrentes de acordos e protocolos de cooperação, essencialmente no domínio da saúde, educação, defesa e também económica. Para potenciar esta relação sul – sul, os Fóruns criados têm desempenhado um papel importante no aproximar dos diferentes órgãos, entre eles as instituições financeiras e as empresas chinesas, que intervêm na execução dos vários programas de cooperação. Mas apesar da grande aproximação e do “safari chinês” nem todos os países africanos têm recebido o mesmo tratamento.

Com base nos cinco princípios da coexistência pacífica, a questão de Taipé é fundamental para o estreitar de relações bem como os países africanos com os recursos mais apetecíveis são também os que merecem especial atenção de Pequim. A generalização dos benefícios da actuação chinesa em África não pode ser vista de forma global, pois as relações variam de país para país. Mas é um facto que a Pequim tem ajudado o Continente Africano a crescer, sendo possível ver a operar quase um milhar de empresas chinesas nas diversas áreas de produção.

África tem lucrado com esta aproximação e o seu crescimento económico reflecte-se em economias como a de Angola. A origem desta aproximação tem como objectivo, sem dúvida, a satisfação da necessidade de recursos, em especial o petróleo, que a China precisa para manter o seu crescimento económico, manifestando-se como uma das suas prioridades internas. É visível que o petróleo tem desempenhado um papel importante na dinâmica das relações, com a busca deste recurso por parte de Pequim e no conseqüente apoio que tem sido prestado. É comunicada como sendo uma política de cooperação em que ambos os lados saem a ganhar. Pequim consegue fontes de abastecimento e, menos importante, consegue mercados para os seus produtos enquanto os países africanos conseguem financiamento em condições especiais livres de imposições políticas de governação interna. Os investimentos são muitos e variados, o turismo chinês é incentivado, é criando valor o que tem aumentado as exportações.



Além destes apoios económicos e comerciais, temos de salientar toda a cooperação prestada em áreas mais técnicas da natureza humana. Da agricultura à medicina, passando pela educação e construção de equipamentos sociais. África é um continente que “vale” alguma coisa, e a corrida já começou, mas achamos que o poder decisório está no lado dos africanos e que eles têm de se organizar melhor para falarem em uníssono e recolherem frutos dessa unicidade.

Por outro lado a abertura dos mercados à penetração da China com os seus produtos a baixo custo, pode ameaçar os sistemas de produção locais, sua indústria e mercado de trabalho bem como desequilibrar a balança comercial. Consequentemente, as economias africanas podem não evoluir e permanecerem como apenas exportadoras de *commodities*, sem a capacidade de desenvolver indústrias mais fortes e competitivas.

Particularizando e respondendo à nossa segunda QD e confirmando a H2, o interesse da China por Angola é elevado como demonstram os números apresentados no terceiro capítulo. Trata-se de uma relação centrada nos recursos naturais que o país africano possui, existindo num segundo plano uma cooperação multi-sectorial como seja o apoio na saúde e educação, sendo actualmente o principal parceiro africano a nível de exportação de recursos energéticos. Como “recompensa”, Luanda tem sido financiada pela potência asiática para o desenvolvimento de projectos importantes para o seu desenvolvimento, como o melhoramento das redes viárias e a construção de aparelhos sociais, exemplo de hospitais e escolas.

Estes empréstimos, igualmente sob condições mais favoráveis, do que se recorressem ao FMI, têm sido utilizado nestas “empreitada” que na maioria das vezes são adjudicadas a empresas privadas (com o apoio estatal de Pequim) ou a empresas públicas chinesas. De salientar que a nível multilateral a CPLP não tem desenvolvido uma estratégia concertada de “falar” a uma só voz, o que não têm potenciado as sinergias que poderiam advir desta comunidade. Fruto também de uma diversidade dos elementos que a compõem ao nível de desenvolvimento, interesses e essencialmente recursos, que mais tarde se vai reflectir nas expectativas que cada país tem na relação de cooperação com a China. É um facto que as trocas comerciais entres a CPLP e a RPC se intensificaram bem como as trocas dos foros cultural e diplomático.

Portugal⁶⁹, na sua linha estratégica definida ao nível do IPAD, tem como orientação primeira, no que respeita à cooperação, o Continente africano, atribuindo às Representações e Missões Diplomáticas uma importância fundamental para o desenvolvimento do processo.

⁶⁹ MNE, não se mostrou receptivo a apresentar a sua ideia em relação à temática.



Focalizando primeiro nas relações bilaterais, foi comprovado que existe história na cooperação com Angola e o peso das suas relações económicas e comerciais são importantes para ambos. A nação lusitana é o maior parceiro de Luanda a nível comercial, mas sente-se o aproximar do gigante asiático ao primado do pódio, facto que poderá acontecer a curto prazo. Assiste-se a um aumento exponencial das importações de Portugal a Angola, muito por culpa da aquisição de petróleo, enquanto as exportações crescem a uma taxa constante, não tendo apresentado mutações com a entrada, em 2004, da China como parceiro para o desenvolvimento.

Quanto à relação bilateral com a China, Portugal mantém uma relação diplomática recente com a RPC, mas a sua parcerias é secular como foi demonstrado. Os contactos diplomáticos têm sido acentuados e os acordos lavrados ou intensificados. Não é notória uma grande importância nas trocas comerciais entre ambos os países (a China tem mais importância para Portugal do que o contrário), apesar da vontade dos dirigentes políticos o fazerem transparecer. No entanto, Portugal goza de boas relações com Pequim, que muito advêm da “exemplar” transferência de Macau, que poderão ser potencializadas no intensificar das relações, existindo campo para este desenvolvimento como seja o turismo, energias renováveis, materiais de construção, sistemas de informação entre outros. Especialistas afirmam que Lisboa, a nível estatal e privado, perdeu muito aquando da transferência por não ter sido perspicaz e astuta o suficiente no aproveitar de oportunidades deixadas em aberto.

A nível multilateral, e no que diz respeito aos *fora* internacionais e mais propriamente à CPLP, Portugal tem exercido uma acção activa mas nem sempre consequente. Temos de dizer que esta comunidade ainda não se focaliza muito na cooperação económica, mas mesmo assim é notória a falta de objectividade na actuação de Lisboa, não existindo uma estratégia convergente aos vários níveis e diferentes sectores nem uma avaliação que comprove o alcançar das metas. O Fórum de Macau tem impulsionado muito a relação sino-africo-lusófona, deixando um pouco para segundo plano Portugal onde os interesses de Pequim não são tão intensos comparados com as suas ambições em África e América Latina. Não nos esqueçamos de Timor Leste onde a influência chinesa se tem sentido com intensidade.

Demonstrando nos parágrafos anteriores o “estado da arte” das relações triangulares, Portugal tem a premência de se organizar. E respondendo à terceira QD e confirmando a H3, a cooperação é uma arma importante para Portugal fazer valer a sua posição e interesses a nível internacional bem como fonte de mais-valias para o seu desenvolvimento. É essencial, ao nível governamental, o desenvolvimento de uma estratégia única com objectivos comuns que definam linhas de actuação tutelada por um só órgão com capacidade e poder sobre os vários instrumentos utilizados na cooperação. Assim sendo, desenvolver e intensificar as relações



bilaterais com Angola e a China (separadamente), fazendo valer as boas relações que goza com ambos, aliando a isto uma posição mais activa nos meandros multilaterais, sendo mais proactivo do que reactivo. Compreendemos que a crise financeira não é animadora de programas de cooperação mais intensos, mas julgamos que com os recursos que são utilizados se forem capitalizados, com uma acção concertada, os resultados serão muito melhores. O caso da cooperação militar tem provado isso.

A qualidade do desempenho das empresas nacionais, aos vários níveis, têm sido bem sucedida e com o apreço dos dirigentes angolanos. É impossível ao governo português ou às empresas privadas concorrerem com as suas homologas chinesas, pois estas possuem uma almofada financeira estatal exponencial. A China não precisa de intermediários para desenvolver a sua relação com Angola e nem se apresenta para Portugal como uma Ameaça em África. No nosso entender lutar contra não é viável, sendo sim lucrativo encontrar formas de desenvolver parcerias empresariais, em nichos como a construção, tecnologia e ciência com China em território Angolano. Actuar de forma uníssona para o atingir de objectivos comuns estabelecidos ao mais alto nível.

Por fim e respondendo à QC, julgamos que as consequências que advêm para Portugal, da intervenção da China em Angola não são de monta para o tecido cooperativista luso nem para a economia nacional. Desde o início da intensificação da intervenção chinesa em Angola, por volta do ano de 2004, que os padrões do relacionamento Portugal – Angola não se alteraram, o que não quer dizer que tal não possa vir a acontecer a curto ou médio prazo. Actualmente existe campo de manobra para Pequim bem como para Lisboa. Não nos foi possível provar se a não existência de consequências é extensível a outros níveis que não o económico, por falta de métrica e de objectividade das políticas de cooperação portuguesa.

b. Propostas / Recomendações

Tomando uma postura mais crítica, postulamos de seguida medidas a tomar por Portugal de forma a ser criado um sistema ou modelo de cooperação que dinamize as sinergias que o Estado possui, aumentando a capacidade de defesa dos interesses nacionais. Assim sendo e numa primeira fase: *i)* é essencial o desenvolvimento de um plano de cooperação global com objectivos estratégicos e operacionais; *ii)* concentração da tutela da cooperação num órgão ao nível do primeiro-ministro com capacidade de coordenação e de troca de informação supra e intra-ministerial; *iii)* e a criação de métricas de avaliação dos resultados em relação aos objectivos traçados, com instrumentos que capacitem a introdução de alterações de forma a se iniciar o ciclo. Não nos esqueçamos que toda esta definição e



estruturação a nível estratégico e político necessita a jusante órgãos, também eles sincronizados, que implementem e avaliem as políticas aprovadas. As Representações e as Missões diplomáticas têm um papel importante e que deve ser desempenhado de forma agressiva.

Após esta organização interna voltar-se para o exterior de forma bilateral, “batendo” os países em causa por partes. Com Angola, potenciar as relações existentes aos vários níveis, mas de acordo com o plano supra citado. Já o referimos que Portugal não é um país rico e o concertar de esforços em áreas que não consumam muitos recursos é essencial, não valendo a pena tentar lutar contra oponentes mais fortes. Fazemos aqui um parêntese para que se olhe para a cooperação militar e o seu sucesso, anotando a hipótese de se decalcar para outras áreas de forma complementar e holística.

Paralelamente temos o gigante asiático. Aquilatamos que o esforço português tem sido desenvolvido, mas existirá campo para mais, dando primazia à proactividade e menos à retroactividade. Aqui a actuação pode ser primeiramente e puramente bilateral, com a intenção focalizada a nível interno português. Aliado a isto e com base no farol angolano, podemos aproveitar estas experiências e transportá-las para África criando parcerias com empresas chinesas, podendo utilizar a nossa cultura, história e língua em proveito dos objectivos lusos.

Deixando o espaço bilateral e passando para a multilateralidade, a CPLP pode e deve ser um palco privilegiado para Portugal defender os seus interesses. Mais uma vez a proactividade é chamada a intervir para que os 8 consigam falar a uma só voz, multiplicando capacidades e mitigando fraquezas. Assim seria possível que 200 milhões de vozes de uma forma uníssona, fazer valer a sua opinião e ter peso nos *fora* internacionais como é o exemplo do Fórum de Macau.

O caminho é simples mas complexo, iniciando-se numa linha de operações que visa a organização interna, bifurcando em três linhas. Duas que norteiam as relações bilaterais, separadamente China e Angola (quem diz Angola diz os países africanos da CPLP) e uma terceira linha que percorre o caminho das relações multilaterais.



Bibliografia

- AICEP (2010). *China: Ficha de Mercado*. [em linha]. AICEP Portugal Global [referência de 9 de Março de 2011]. Disponível na internet em:
<<http://portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>>
- ALVES, Ana Cristina (2008). *China's Lusophone Connection* [em linha]. The South African Institute of International [referência de 29 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em:
<http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/chap/chap_rep_02_alves_200803.pdf>
- ANGOLA, Country report (2010). *Transformation Index*. Bertelsmann Stiftung and Cener for Applied Policy Research [Em linha], [referência de 28 de Janeiro de 2011]. Disponível em:
<http://www.bertelsmann-transformation-index.de/fileadmin/pdf/Gutachten_BTI2010/ESA/Angola.pdf>
- ANTÓNIO, Nelson Santos (2008). *Economia e Gestão Chinesas. Aspectos Fundamentais*. 1ª ed., Lisboa: Edições Sílabo. ISBN 978-972-618-508-6.
- CAMPO, Indira, VINES, Alex (2007). *Angola and China: a pragmatic partnership*. Center for Strategic & International Studies. [referência de 29 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://csis.org/files/media/csis/pubs/080306_angolachina.pdf>
- CARRIÇO, Manuel Alexandre Garrinhas (2006). *De Cima da Grande Muralha - Política e estratégia de defesa territorial da República Popular da China*. 1ª ed., Lisboa: Editora Prefácio.
- CSIS, Center for Strategis Studies & International Studies (2008). *Angola and China: A Pragmatic Partnership*. London.
- DAVIES, Martyn (2010). *How China is influencing Africa's development*. OECD Development Centre. [referência de 29 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em:
<<http://www.oecd.org/dataoecd/34/39/45068325.pdf>>
- ESTEVES, Dilma (2008). *Relações de Cooperação China-África: O caso de Angola*. Coimbra: Almedina. ISBN: 978-972-40-3339-9.
- FREIRE, Fernando Costa (2008). *Negócios Estrangeiros: China and Portugal – Busines relations, trade and economics*. Instituto Diplomático No. 12. Lisboa: Instituto Diplomático. ISSN 1645-1244.



- GIPOULOUX, François (2005). *A China do Séc XXI. Uma nova superpotência?* 1ª ed., Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 978-972-771-912-9.
- JESUS, José Manuel Duarte (2007). *Faces da China*. Fundação Jorge Álvares. Lisboa: Editorial Inquérito. ISBN: 978-972-670-435-5.
- LEANDRO, José Eduardo Garcia (2008). *Negócios Estrangeiros: The Bilateral Relationship Between Portugal and China since 1949*. Instituto Diplomático No. 12. Lisboa: Instituto Diplomático. ISSN 1645-1244.
- KISSINGER, Henry (1996). *Diplomacia*, Edições Gradiva, Lisboa.
- MENDES, Nuno Canas (2008). *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: Gráfica Europam. ISBN: 978-989-646-015-0.
- MENDES, Carmen Amado (2010). *A China e a cooperação Sul-Sul*. Centro de Estudos Sociais [referência de 2 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/543_2010_CAM_China_Coop_Sul_Sul_RI26.pdf>
- MICHEL, Serge; BEURET Michel David (2009) - *O Safari Chinês. Pequim à conquista do Continente Africano*. 1ª ed. Lisboa: Dom Quixote. ISBN: 978-972-20-3775-4.
- MOREIRA, Adriano (1986). *Relações entre as grandes potências*. Lisboa. Editado pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Boletim nº 14.
- MOREIRA, Adriano (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina. ISBN: 978-972-40-1771-6.
- MOREIRA, Adriano, et al. (2007). *Estratégia. Instituto Português da Conjuntura Estratégica*. Volume XVI. Lisboa. Execução Gráfica. ISSN 1645-9083.
- NYE, Joseph (2011). *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à Teoria e à História*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva. ISBN: 978-972-662-845-3.
- PEHNELT, Gernot, ABEL, Martin (2007). *China's Development Policy in Africa*. The South African Institute of International [referência de 3 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em:
< http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/chap/chap_rep_01_pehnolt_abel_200712.pdf >



- REBELO, Glória (2010). *Trabalho e emprego*. 1ª ed. Lisboa: Edições Silaba. ISBN: 978-972-618-573-4.
- ROMANA, Heitor Barras (2005). *República Popular da China: A sede do Poder Estratégico - Mecanismos do Processo de Decisão*. 1ª ed., Coimbra. Edições Almedina.
- SANTOS, General Loureiro dos (2006). *O Império debaixo de fogo – Ofensiva contra a Ordem Internacional Unipolar*. Reflexões sobre Estratégia V. Mem-Martins. Publicações Europa América. ISBN 972-1-05668-5.
- SANTOS, General Loureiro dos (2009). *As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem*. Reflexões sobre Estratégia VI. Mem-Martins. Publicações Europa América. Depósito Legal n.º 302 498/09.
- TOMÉ, Luís (2008). *China e Médio Oriente: energia, claro, mas não só*. [referência de 2 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.europasia.net/docs/8.China_Medio_Oriente.pdf>
- VASCONCELOS, Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e (2009). *A ascensão da China. Acomodação Pacífica ou grande guerra*. 1ª ed., Coimbra. Edições Almedina. ISBN: 978-972-40-3916-9.

IESM, 28 de Abril de 2011

O aluno do CEMC

Tiago Manuel Batista Lopes
MAJ ENG



Anexo A – Corpo de conceitos

Cooperação

O termo cooperar, do latim “co+operare”. Significa trabalhar em conjunto. Etimologicamente, Cooperação significa o acto de actuação conjunta de pessoas com interesses comuns que prosseguem os mesmos objectivos. (Moreira, 2007: 192)

De acordo James Dougheerty, a cooperação pode ocorrer em resultado de ajustamentos do comportamento dos actores e em resposta, ou por antecipação às preferências de outros actores (*apud* Esteves, 2008: 36).

Cultura

Conjunto abrangente de práticas sociais de grupos e subgrupos, em que se inserem certas práticas como as da arte, da religião e da ética; o nível de desenvolvimento colectivo de uma sociedade, em suma o seu modo de vida (Jesus, 2007: 76).

Diplomacia

Conjunto de princípios e códigos de conduta que graças à observação e à capacidade de reflexão sobre os acontecimentos, permite transmitir a mensagem a que nos propomos. A actividade diplomática é regulada pelas Convenções de Viena e tem como principais características a negociação, representação, a protecção, informação e a promoção (Esteves, 2008: 44).

Poder

De acordo com Walter Jones, é a capacidade de um agente das relações internacionais para usar recursos e valores materiais e imateriais de maneira a influenciar a produção de eventos internacionais em seu proveito. (Moreira, 2002: 5)

Promoção

Medidas que um Estado toma para divulgar e expandir as relações económicas e comerciais (Esteves, 2008: 45).

Soft Power

Poder de atracção que uma nação exerce através dos seus valores ideias e normas (Nye, 2011: 73).

Capacidade de uma nação influenciar outra pela persuasão e não pela coacção (Mendes, 2010: 41).



Anexo B – Entrevistas Realizadas

Realizada em 02 de Fevereiro de 2011, ao **Sr. Eng. Domingos Pereira**, Secretário Executivo da CPLP (não publicada por até à data de entrega do TII não tínhamos recebido a aprovação do texto da entrevista)

CV

Secretário Executivo da CPLP desde a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lisboa a 25 de Julho de 2008. Nascido em Farim, Guiné-Bissau, em 1963. Engenheiro Civil e Industrial pelo Instituto de Engenharia de Odessa ex-URSS (Ucrânia). Mestre em Ciências da Engenharia Civil pela Universidade Estatal de Califórnia em Fresno. De Dezembro de 2006 até à data da última nomeação foi Conselheiro do Primeiro-ministro da Guiné-Bissau para as Infra-estruturas por conta do Banco Mundial. Foi Secretário-geral da Caritas Guiné-Bissau de Setembro de 2006 a Setembro de 2008. Foi Ministro das Obras Públicas, Construções e Urbanismo de Maio de 2004 a Novembro de 2005. Ministro do Equipamento Social entre 2002 e 2003. Assistente Técnico para a Reforma das Infra-Estruturas no Projecto de Reforma e Desenvolvimento do Sector Privado (Banco Mundial), de 2000 a 2004. Assistente Técnico para a Célula de Apoio ao Ordenador Nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento (União Europeia), de 1999 a 2000. Entre 1988 e 1999, assumiu diversos cargos, entre os quais: Director Nacional da Viação e Transportes Terrestres; Director-Geral das Estradas e Pontes; Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas e Director do Laboratório de Engenharia Civil; Estagiário no Gabinete de Projectos de Engenharia no Departamento dos Transportes da Califórnia (CALTRANS, Fresno); Director Técnico da Cooperativa Unidade e Progresso, em Bissau

Realizada, de forma digital (email) em 05 de Janeiro de 2011, ao **MGen Tiago Vasconcelos** (autor do livro *A ascensão da China*).

No seu livro apresenta possíveis cenários estratégicos para a China. Tendo em conta a actual conjuntura, qual é que acredita o mais possível de se materializar?

Continuo a achar que todos eles são possíveis. No entanto, no futuro que razoavelmente se pode vislumbrar – eu diria, nos próximos 5 a 10 anos, pelo menos – continuaremos a assistir a uma acomodação pacífica da ascensão da China; sendo certo que, por definição, um aumento do poder chinês no sistema internacional – em termos absolutos e em termos relativos – comporta um aumento da influência chinesa à escala global; e que esse aumento de influência pode agudizar tensões até que se atinjam pontos/linhas de equilíbrio (fronteiras, no fundo, embora não necessariamente no sentido mais primariamente geográfico do termo) entre eventuais novas esferas de influência. Ou seja, a acomodação pacífica não quer dizer que não haja tensões e, ocasionalmente, um ou outro episódio que se revista de violência. Mas uma grande guerra entre duas grandes coligações mundiais polarizadas em torno dos Estados Unidos e da China parece-me para já um cenário muito improvável porque (1) a bipolarização do sistema internacional é muito difícil quando há grandes actores – a Rússia e a Índia, entre outros – que não se deixariam arrastar para alianças muito polarizadas; (2) o facto nuclear não apenas inibe as grandes potências de levar até às últimas consequências os seus conflitos de interesses, como também o próprio receio da escalada leva a que haja uma preocupação em atingir compromissos em patamares ainda baixos dessa conflituosidade; (3) o cenário da polarização não serve os interesses de desenvolvimento chinês e é duvidoso que sirva os interesses norte-americanos.

Acredita que o desenvolvimento da China se irá manter a este ritmo?

Acredito que tenderá a diminuir com o tempo, sendo no entanto difícil dizer quando e a que ritmo começará a diminuir e em que patamar estabilizará.



O regime político Chinês tende a manter-se com a estrutura actual ou acha que sofrerá alterações de forma a acompanhar a evolução (globalização)?

Penso que a pergunta tem duas dimensões, se assim podemos dizer: uma, a mais popularizada e debatida, é a relativa à natureza do regime; outra é a relativa à configuração do sistema político. Relativamente à primeira dimensão, a questão é se a China continuará a ser um regime autoritário ou se migrará para uma qualquer forma de democracia. Alguns teóricos argumentam que o desenvolvimento económico e as maiores expectativas e exigências de vastas camadas sociais com cada vez maior educação e rendimentos levarão necessariamente a uma maior abertura política, sob pena de o regime implodir. Julgo, no entanto, que o mais provável é a China evoluir para qualquer coisa entre o autoritarismo desenvolvimentista actual e uma forma de democracia tipo Japão (em que praticamente durante décadas a alternância se vem fazendo basicamente entre facções do mesmo partido). Pelo menos parece-me que o regime tem demonstrado alguma resiliência, apesar de tudo. Relativamente à segunda dimensão, que só em abstracto e por conveniência analítica se pode desligar da primeira, o problema é que nunca na história da Humanidade houve uma unidade política muito centralizada com mil e tal milhões de seres humanos. Com efectivos populacionais mais pequenos – na ordem das centenas de milhões de seres humanos – os sistemas que conhecemos são todos sistemas federais. Mas sistemas federais não são propriamente muito compatíveis com sistemas autoritários que normalmente se querem muito centralizados. Por isso, no meu livro, para além dos dois cenários extremos que lhe dão o título, exponho dois outros cenários: um, que hoje considero muito pouco provável porque sem desenvolvimento económico o regime perde uma das suas principais fontes de legitimidade, o de uma espécie de estagnação económica que permita travar eventuais anseios de democracia; outro, mais provável para mim, ainda que pouco provável para já, o de uma fragmentação da China. É uma pergunta muito difícil, que julgo deverá ser também colocada a um cientista político.

Acredita que a China pretenda atingir o patamar de potência universal (paridade com EUA) a médio /longo prazo ou apenas regional (julgo que já o é)?

Paridade com os Estados Unidos numa primeira fase sim, absolutamente. Numa segunda fase, a ideia é mesmo a de ultrapassar os Estados Unidos. Para usar uma expressão anglo-saxónica, a China não quer ser second to none. Acrescento, aliás, que não vejo nada de transcendente nesse seu desejo, que me parece natural. Mas ainda está longe de alcançar esse nível de ambição: os Estados Unidos ainda continuarão a ser durante muitos anos a maior potência mundial e, se e à medida que o sistema internacional se vá tornando mais vincadamente multipolar, os Estados Unidos ainda serão o principal equilibrador, o principal fiel dos equilíbrios, se quiser, do sistema internacional.

O factor diplomático, nomeadamente as embaixadas chinesas em África, têm um papel importante na coordenação e desenvolvimento de projectos (sendo multi-sectoriais e multi-ministeriais). Com as devidas reduções à escala da realidade portuguesa, acha possível a adopção de um processo idêntico para a actuação de Portugal?

Sim, claro, mas como você diz e eu absolutamente concordo a chave é: “com as devidas reduções à escala da realidade portuguesa”. Os nossos recursos económicos, diplomáticos e militares são bastante limitados. Com estas limitações e certamente com um outro erro de percurso, parece-me no entanto que, numa perspectiva estratégica, não têm sido mal geridos. (suponho que já tenha deparado com um documento de 2005, salvo erro, uma resolução do conselho de ministros, creio, que se chama qualquer coisa como estratégia nacional de cooperação. Deve existir no site do MNE, na Secretaria de Estado da Cooperação, bem como outros documentos que espelhem a nossa estratégia de cooperação.)



Qual o panorama para as futuras relações sino-africanas?

Julgo que a influência chinesa em África tenderá a aumentar à medida que a economia chinesa cresce e cada vez mais se integra nos grandes circuitos económicos da “globalização”. Para os africanos também é bom diversificarem as suas interdependências. Portanto, sendo certo que África tem 53 ou 54 países (e em breve, provavelmente, mais um – o sul do Sudão) e que cada relação bilateral com a China será um caso, eu diria que globalmente o panorama é de que sejam boas.

Tendo em conta o paradigma das relações sino-angolanas e o seu potencial desenvolvimento, que consequências poderá trazer para Portugal este entendimento entre Pequim e Luanda. Num cenário de polarização do sistema internacional em que Portugal e Angola fossem forçados a optar por um ou outro campo (cenário que acima considere improvável no futuro que se consegue vislumbrar), as consequências poderiam ser, não sendo porém de modo algum esse desfecho obrigatório, Portugal e Angola encontrarem-se em campos opostos. Mas (1) num cenário de bom funcionamento do sistema internacional, em que a multipolaridade do sistema funcione num quadro de multilateralismo das relações internacionais; e se, (2) nesse contexto, a China entender que deve valorizar a relação com os países de língua portuguesa não apenas nos respectivos planos bilaterais, mas também numa perspectiva multilateral, continuando a valorizar o Fórum sediado em Macau, então (3) acredito que isso tenha reflexos positivos a diversos níveis – tangíveis e intangíveis – para Portugal. Creio, porém, que à partida Portugal não deve ter expectativas irrealistas relativamente ao que pode ganhar com uma boa relação entre Luanda e Pequim. Luanda e Pequim terão primariamente em conta os seus interesses respectivos e não os de Portugal. Se Portugal se souber posicionar para beneficiar dessa boa relação, tanto melhor.

Numa perspectiva de aumentar a importância de Portugal nesta relação, como incorporar a acção nacional, nomeadamente através da CPLP, e que nicho/s de oportunidade vê para Portugal?

Parece-me que quer Luanda quer Pequim dispensam a intermediação portuguesa para o bom funcionamento das suas relações bilaterais. Isto pode ser um pouco chocante ou duro de ouvir, mas é provavelmente verdade. Julgo, assim, que (1) Portugal deve valorizar as suas relações bilaterais com Angola e está a fazê-lo – Luanda é, provavelmente, uma das nossas principais embaixadas bilaterais. Também julgo que (2) Portugal deve valorizar as suas relações com Pequim, no quadro bilateral e no da União Europeia, e também me parece que está agora a fazê-lo melhor; aqui, penso que poderíamos ter tirado mais partido do sucesso do processo de transição de Macau, mas paciência. No entanto, a China não perdeu essa oportunidade e, hoje, assistimos à circunstância de, mais do que Portugal, ter sido a China a grande impulsionadora do Fórum. Finalmente, julgo que (3) Portugal pode dar maior relevo e importância à participação no Fórum. Assim, (4) acredito que o efeito conjugado destas três linhas de acção seja o de maximizarmos as nossas oportunidades de triangulação com Luanda e Pequim em projectos de que as três partes beneficiem.

Realizada em 02 de Fevereiro de 2011, ao Maj Inf Para Paulo Jorge Malva de Jesus Repas, Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela UAL.

Relativamente à questão colocada sobre, **tendo em conta o paradigma das relações sino-angolanas e o seu potencial desenvolvimento, que consequências poderá trazer para Portugal este entendimento entre Pequim e Luanda?**



Referiu que:

Na presente década temos assistido a uma nova competição das grandes potências, entre as quais a China, na corrida aos combustíveis fósseis e na procura dos mercados (Santos, 2009: 35) que o continente africano encerra.

Em poucos anos, a presença da China em África passou de assunto complexo para especialistas em geopolítica a tema central nas relações internacionais e na vida quotidiana do Continente. Todavia, investigadores e jornalistas continuam a remexer os mesmos números macroeconómicos: o comércio bilateral entre as duas regiões multiplicou-se por 50 entre 1980 e 2005. Quintuplicou entre 2000 e 2006, passando de 10 para 55 mil milhões, e atingiu os 100 mil milhões em 2008, em vez de 2010, como se previra.

A estratégia chinesa para África parece directamente saída de “*A Arte da Guerra*”, de Sun Tzu: o Estado chinês financia enormes contratos, por vezes com prejuízo, garantindo assim o acesso a matérias-primas (Michel, 2009: 267).

A China está a construir o seu relacionamento com África através de pacotes integrados de ajuda que levam a oportunidades de negócio e à partilha do mercado com as companhias chinesas. “*O que tem de interessante negociar com a China é que esta é um «fornecedor total»*”, dizem os economistas. E acrescentam: “*os chineses chegam e providenciam tudo o que o desenvolvimento de um país necessita*”. A China representa o que se pode chamar de “*one stop shop*” (Markman, 2009). Quando os chineses chegam às capitais africanas, não trazem apenas barris para encher e levar petróleo, trazem investimento e oportunidades de reconstrução, negócios, linhas de crédito, perdão de dívida, *know-how* em matérias tecnológicas, comércio, mão-de-obra especializada e, muito importante, a garantia de um assento permanente no CSNU.

Logo à partida, para se impor em África, a China adopta a diplomacia do livro de cheques: financiar enormes projectos de infra-estruturas para comprar a boa vontade das elites dirigentes ou, por vezes, até como contrapartida directa, o acesso às concessões petrolíferas. Uma estratégia facilitada pelas relações de estado a estado que Pequim favoreceu em todo o lado. Eis a razão por que a China se pretende amiga dos 53 países do continente. O mapa dos investimentos chineses sobrepõe-se quase na perfeição ao dos países produtores de petróleo: oito mil milhões de euros em Angola, a que se adicionam os créditos civis e as aquisições de grupos, onze mil milhões na Nigéria, dez mil milhões no Sudão (Michel, 2009: 208).

Os observadores internacionais dizem que o modo como a China negocia – particularmente a prontidão com que paga subornos e não pede quaisquer condições para a ajuda monetária, “*no questions asked*” (Cutileiro, 2009: 152) – mina os esforços locais para incrementar a transparência e a boa gestão e os esforços internacionais ao nível das reformas macroeconómicas por instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional⁷⁰. Tal situação é conveniente para alguns governos africanos, já que Pequim parece não vincular quaisquer condições políticas, ambientais, económicas, cívicas ou éticas ao dinheiro que entrega – natureza *win-win* (idem: 171).

Pequim tem considerado útil tratar directamente com os governos porque estes continuam quase sempre a ser os proprietários dos recursos de que a China necessita. As transacções são mais fáceis quando se lida apenas com uma autoridade central, especialmente se se tratar de um estado mal visto na comunidade internacional e não lhe restar outra opção senão o apoio da China.

As relações entre a China e África são caracterizadas pela actividade comercial e

⁷⁰ Como exemplo, apresenta-se a negociação, em 2007, entre o governo da Nigéria e o Banco Mundial, de um empréstimo de 5 milhões de dólares para sistemas ferroviários. O banco tinha insistido com o governo daquele país para que limpasse a burocracia notoriamente corrupta dos caminhos-de-ferro antes da concessão do empréstimo. O acordo estava quase concluído quando o governo chinês apareceu a propor ao governo da Nigéria um empréstimo de 9 mil milhões dólares para reconstruir todo o sistema ferroviário, sem exigências nem quaisquer requisitos prévios.



económica⁷¹. O comércio sino-africano cresceu 700% na década de 90. Entre 2002 e 2003, o comércio entre a China e África duplicou, alcançando 18,5 biliões de dólares, e no final de 2006 ultrapassou os 50 biliões. Estimava-se que ultrapassasse os 100 biliões de dólares em 2010, no entanto, esse valor de transacções foi alcançado em 2008 (com um valor de 106,8 mil milhões de dólares), representando um aumento de 45,1% no período de um ano.

Foi recentemente (Novembro de 2009) anunciado pelo primeiro-ministro Wen Jiabao, em Sharm el-Sheikh, no Egipto, durante o Fórum de Cooperação China-África, um pacote de dez mil milhões de dólares de empréstimos bonificados (no Fórum de Pequim, em 2006, tinham sido prometidos cinco mil milhões de dólares de empréstimos, que foram cumpridos).

Apesar destes fortes apoios, os dirigentes chineses continuam a afirmar o seguinte: existe uma equação ganhador-ganhador entre a China e África, estes apoios são desinteressados, a ajuda não foi nem será ligada a condições políticas e pretendem juntar à vertente económica um maior protagonismo nas questões relativas à paz e à segurança.

As nações africanas estão entusiasmadas com o facto da procura chinesa por petróleo fazer subir os preços. As estradas, pontes e barragens construídas pelos chineses são baratas, de boa qualidade e estão completas numa fracção do tempo que esses projectos costumavam demorar.

África abasteceu cerca de 29% das importações de petróleo da China em 2004. Actualmente, a China satisfaz no continente negro cerca de 30% das suas necessidades petrolíferas (Michel, 2009: 33). Em África, o principal país abastecedor de petróleo da China no ano de 2004 foi Angola, com uma percentagem das importações totais de 13,2%, equiparável à dos grandes fornecedores do Médio Oriente.

O mérito da China consiste em ter inventado uma nova língua, o *chinafricano*: «novos horizontes», «diálogo global», «não levar a cabo uma política de ingerência», falar sempre em «parceria a longo prazo», «ajuda mutuamente benéfica» e «relação mutuamente vantajosa» e «trocas mutuamente benéficas».

Angola representa um caso de sucesso extraordinário ao nível da prospecção e exploração de depósitos petrolíferos situados no *offshore* profundo. A descoberta de novas jazidas tem entusiasmado vários especialistas que não se coíbem de afirmar que estamos perante um verdadeiro *Oil Jackpot* do século XXI. Entre 1995 e 1999, o país viu aumentar as reservas com existência comprovada em mais de 600%. Nesse período, estes valores não foram superados por qualquer outro Estado em todo o mundo (Pulido, 2004: 159).

Angola tem recursos energéticos consideráveis, com enormes depósitos de petróleo ao largo do enclave de Cabinda e em quase toda a sua costa, sendo o segundo maior produtor da África Subsaariana, com reservas estimadas em 13,5 biliões de barris. O petróleo bruto e o gás natural consubstanciam as principais actividades da indústria angolana, representando 57,1% do PIB. A companhia nacional Sonangol é a única concessionária para a exploração e produção, participando com 45% da exportação total. As companhias estrangeiras, como a Chevron Texaco, a TotalFinaElf, a ExxonMobil e companhias nacionais do Brasil e China, apenas podem participar através de *joint ventures* e de acordos com aquela companhia (OCDE, 2007: 124).

Apesar de se situar num terceiro anel de produtores de petróleo, de acordo com a EIA, a produção de petróleo Angolano, no ano de 2007, foi de 1,7 Mb/d. A China tem um único desejo: implantar-se maciçamente em Angola e fazer dela o seu primeiro parceiro africano. A sua estratégia é subtil e simples. Joga com o papel de "*protector de última instância contra a pressão internacional*" que o assento permanente no CSNU lhe possibilita. Por outro lado, esgrime com a sua incrível liquidez financeira, sem forçar regras de transparência. O caso de Angola é apontado

⁷¹ A sede da China por todo o tipo de recursos que alimentem o seu acelerado crescimento reflecte-se na variedade das suas importações do continente africano. Algodão bruto da África ocidental, cobre e cobalto da República Democrática do Congo, minério de ferro e platina de Zâmbia e madeira do Gabão. No sentido inverso, manufacturas e vestuário de baixa tecnologia invadem as cidades africanas.



como um *case study*, uma vez que é o melhor exemplo de sucesso que o dueto Estado chinês/companhias petrolíferas chinesas poderia granjear.

A 28 de Novembro de 2003, os dois países assinaram o tratado que define as bases de uma «nova cooperação económica e comercial». A 22 de Março de 2004, em Pequim, Angola e a China assinaram outro acordo que garantiu ao primeiro uma linha de crédito de 2 mil milhões USD, concedida pela banca chinesa (Exim Bank of China) (CSIS, 2008: 3) ao Ministério das Finanças Angolano, deixando sem reacção o FMI. A imprensa angolana referiu-se a este acordo como um “*paradigma da cooperação sul-sul*”, em que “*não foram impostas a Angola quaisquer condições degradantes*” e onde a China “*mostra compreender as dificuldades de um país saído da guerra*”⁷². Nos termos deste acordo, o governo Chinês, ao conceder o crédito, obteve como garantia créditos resultantes da compra de 10.000 barris de petróleo por dia e uma parceria na exploração de petróleo em águas não-profundas na costa (Lopez, 2006: 282).

No final do ano, o Governo angolano exerceu o direito de opção na venda da BP de metade do bloco 18 (Greater Plutonio field, 200.000 b/d), que se destinava aos indianos da ONGC, para o ceder à Sinopec. A companhia chinesa veio também recuperar o bloco 3/80, depois da licença dos franceses da Total não ter sido renovada. Dois anos depois, em 20 de Junho de 2006, o Exim Bank enviou mais dois mil milhões de dólares ao mesmo tempo que abriu, em data indeterminada, uma terceira linha de crédito avaliada em seis mil milhões de dólares. Ao todo, poderão ter transitado entre Pequim e Luanda 10 mil milhões de dólares (Michel, 2009: 249).

O ano de 2006 (também popularmente designado de *o ano da China em África*) parece ter sido um sucesso assinalável e parece ter marcado o ponto de mudança nas relações entre Luanda e Pequim, tão simplesmente porque Angola se tornou no maior fornecedor mundial de petróleo da China, ultrapassando, pela primeira vez, a Arábia Saudita. Esta vendeu, em Fevereiro desse ano, 2,12 milhões de toneladas de crude, contra 1,98 milhões daquele país do Golfo.

Angola concedeu à China importantes poços de petróleo para exploração e autorizou a exploração de minas de cobre em Uíge para a criação de uma *holding* para a prospecção de pesquisa, produção e comercialização de diamantes. Actualmente, a China importa cerca de 30% do petróleo angolano e cerca de 70% dos contratos de construção de infra-estruturas (vias-férreas, escolas, estradas, hospitais, pontes e escritórios, bem como uma rede de fibra óptica) está nas suas mãos.

Importa neste contexto relevar o facto de, e ao contrário de outros investidores, a China não preservar um silêncio estratégico em torno dos investimentos, faz questão de os tornar públicos. Face ao que precede, à partida o incremento das relações sino-angolanas e o entendimento entre Pequim e Luanda (é bom lembrar que em finais de 2010 a China fez depender a compra de obrigações de Tesouro Grego, de fortes investimentos navais e portuários Chineses em território helénico em condições extremamente vantajosas) tenderá a diminuir o relacionamento comercial entre Angola e Portugal.

Se em termos históricos a importância de Portugal em Angola se mantém em virtude do modelo de colonialização adoptado, assente em três pilares: religioso, comercial e militar, a realidade mostrou que os portugueses ao preferirem utilizar o dom da palavra e a persuasão, misturando o seu sangue com todas as gentes que contactaram, tendo estas acções trazido dividendos em termos de relacionamento humano e comercial, com a implantação de uma vasta actividade económica ligada à banca, ao sector da Construção civil e recentemente às novas tecnologias, no entanto, constata-se na actualidade que o importa primordialmente nas relações internacionais é o poder (Ferreira, 2009: 489), e neste ponto não existem dúvidas, a capacidade da China suplanta em larga escala as relações existentes, com prejuízos evidentes para o nosso país.

⁷² Agência de Notícias de Angola (ANGOP), 25 de Março de 2004.



Relativamente à questão colocada sobre, ***numa perspectiva de aumentar a importância de Portugal nesta relação, como incorporar a acção nacional, nomeadamente através da CPLP, e que nicho/s de oportunidade vê para Portugal?***

Referiu que:

A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assentou na vontade unânime dos seus membros, baseados em laços históricos multisseculares. São laços culturais, linguísticos, religiosos e sociais, dos países fundadores, consolidados numa realidade já existente.

O principal objectivo desta comunidade é projectar e consolidar na cena Internacional os especiais laços de fraternidade e solidariedade que unem os povos de língua Oficial Portuguesa. Podemos mesmo dizer que a CPLP é o pilar da concertação político-diplomática da valorização do Português no Mundo.

A CPLP é uma Comunidade em construção, em constante aperfeiçoamento, que se fundamenta numa identidade em formação, e que tem por base o idioma português como língua oficial comum e laços históricos e culturais entre os países membros, que servem de elemento de agregação (o português é a 7ª língua mais falada no mundo, por mais de 200 milhões de pessoas e a 8ª língua de comunicação na Internet).

As acções desenvolvidas pela CPLP visam alavancar quatro sectores considerados prioritários, nomeadamente, a Educação, a Saúde, o Ambiente e a Defesa, entre outros.

Portugal, com os seus poucos recursos materiais e financeiros, mas potenciando o valor dos seus recursos humanos, a sua aptidão político-diplomática, e excelente capacidade na vertente da cooperação técnico-militar, e o enorme conhecimento e contacto com o continente africano, encontra-se em óptimas condições de reforçar os laços políticos, económicos, culturais e de defesa com os países africanos.

Na realidade, a falta de capacidade económica, reforça a importância da nossa língua e a nossa responsabilidade na defesa desse património comum, pelo que, se torna vital e urgente continuar, por um lado, promover a aprendizagem do português como uma mais-valia no mundo do trabalho e facilitadora de acessos a novos mercados e novas oportunidades de negócio, e, por outro, investir, em instrumentos de difusão, nomeadamente nas novas tecnologias da comunicação.

Relativamente aos nichos de oportunidade para Portugal podemos apontar os seguintes:

- ✓ Reforçar as dimensões económica e empresarial, tendo em vista dinamizar o relacionamento entre os empresários Portugueses e Angolanos;
- ✓ Fortalecer o empenho na estruturação da cooperação, através da identificação de projectos concretos nas áreas da Construção civil, Banca e desenvolvimento de novas tecnologias;
- ✓ Fomentar as parcerias publico-privadas (tão em voga actualmente) no sentido de realizar negócios e conferir maior visibilidade;



Anexo C – Volume das Trocas Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Janeiro a Agosto de 2010

<http://www.forumchinaplp.org.mo/pt>

Volume das Trocas Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Janeiro a Agosto de 2010							
País	Janeiro a Agosto de 2010						Volume das Trocas Comerciais de Janeiro a Agosto de 2009
	Volume das Trocas Comerciais	Exportações da China	Importações da China	Variação (%)			
				Total	Exportações da China	Importações da China	
Angola	1,727,960.64	123,990.84	1,603,969.80	85.90	-26.70	111.00	928,814.00
Brasil	3,869,532.05	1,533,546.90	2,335,985.15	52.40	97.00	32.60	2,541,818.90
Cabo Verde	1,867.59	1,867.59	0.00	42.70	42.70	0.00	1,308.35
Guiné-Bissau	997.90	658.21	339.69	37.60	7.70	198.30	725.10
Moçambique	42,244.41	32,797.11	9,447.30	50.50	65.60	14.40	28,067.05
Portugal	212,934.48	164,588.09	48,346.39	44.40	39.10	65.90	147,049.75
Timor-Leste	1,969.56	1,949.71	19.85	56.00	54.60	1,359.20	1,262.42
São Tomé e Príncipe	132.05	131.04	1.01	28.50	27.70	1,138.90	102.73
Total	5,857,638.68	1,859,529.49	3,998,109.19	60.52	70.83	56.14	3,649,148.30



Apêndice 1 - Modelo de análise⁷³

O Trabalho de Investigação Individual que nos propomos desenvolver, tem o seguinte título: “*A importância da crescente influência da China nos países da CPLP – consequências para Portugal*”. Iremos delimitar o estudo às actividades económicas e comerciais na trilogia de relacionamento entre Portugal, países africanos da CPLP⁷⁴, em particular Angola, e a China. O propósito desta investigação consiste em identificar um modelo de participação de Portugal, sua possível estrutura no âmbito das relações entre Angola e a China e determinar as consequências, consubstanciadas no tipo de actividades que por estes países podem ser desenvolvidas, tendo em conta os cenários mais prováveis de actuação da China no tabuleiro das relações com os países africanos.

Os objectivos da investigação são: *i)* descrever e analisar a política externa da China, seus princípios, desde a década de Cinquenta do séc. XX, marcada pela conferência de Bandung, até à actual conjuntura das relações sino-africanas; *ii)* identificar o tipo e o grau de cooperação/relacionamento entre a China e os países da CPLP suas estruturas de emprego; *iii)* e determinar quais os desafios (consequências) que se colocam a Portugal como membro da CPLP, no âmbito das relações sino-angolanas, identificando o modelo de cooperação a seguir que mais se adequa a Portugal, suportado numa visão prospectiva do desenvolvimento das relações entre os actores em estudo.

A escolha de Angola, para o estudo, em detrimento de outros países africanos da CPLP é relativamente fácil de explicar. No âmbito do Fórum de Macau, o que importa para a China são os países africanos da CPLP e Timor Leste, porque, apesar de a sua população ser pequena em número e possuir economias débeis ou devastadas, estes países são possuidores de um conjunto de recursos naturais ainda por explorar. Angola é um importante parceiro comercial da China e está a tornar-se no mais importante parceiro de todo o Continente Africano. O comércio bilateral cresceu de 1 mil milhão de dólares em 2002 para 12 mil milhões em 2007 ultrapassando a África do Sul como parceiro da China (o maior parceiro comercial no continente Africano em 2006) e Arábia Saudita como fornecedor principal de petróleo da China (por breves períodos de tempo).

A China exporta produtos têxteis, calçados e equipamentos eléctricos para Angola enquanto as suas importações são dominadas pelo petróleo, quase 100%. Angola é actualmente o segundo maior produtor de petróleo em África, depois da Nigéria, e possui uma das maiores riquezas no subsolo (diamantes, ouro, urânio, fosfatos, etc). Além do comércio e do investimento a China também fornece importantes e necessários auxílios, materializados através da redução das dívidas aos países africanos, de ajudas financeiras importantes na forma de empréstimos a longo prazo com taxas de juros muito baixas, que na maioria dos casos são empregues para o desenvolvimento de equipamentos públicos e na reabilitação de infra-estruturas. Embora os números oficiais sejam por vezes omissos e ou inferiores aos reais valores, é estimado que Angola tenha recebido cerca de 9 mil milhões de dólares em empréstimos (Alves, 2008: 23).

Apesar do aumento no valor das importações e exportações, Angola tem vindo a executar um grande superavit comercial com a China, à custa da importação de petróleo por parte de Pequim. Com o aumento de projectos de infra-estruturas e com o aumento da competitividade das exportações chinesas em relação às exportações europeias em Angola, espera-se que, nos próximos anos a penetração dos produtos chineses em solo angolano vá aumentar significativamente, igualando o nível de importações feitas a Portugal por este país africano da CPLP (Campo, 2007: 22).

⁷³ (Quivy, 1998: 113)

⁷⁴ De acordo com a nota justificativa elaborada com o IESM.



Definiu-se, em seguida, uma QC, que se constituiu no “fio condutor” de toda a investigação, 1ª etapa da metodologia:

De que forma, a intervenção da China nos países africanos pertencentes à CPLP, em especial em Angola, trará consequências para Portugal tendo em conta os diferentes cenários de apoio?

Perante esta pergunta de partida identificaram-se algumas QD e respectivas H:

QD1- Qual a estrutura de cooperação chinesa no continente africano e com que objectivos essa cooperação é estabelecida?

QD2- Quais as relações de apoio existentes entre a China e Angola?

QD3- Qual o tipo de programa de acção a desenvolver por Portugal, de forma a manter ou ampliar os interesses nacionais em Angola, tendo em conta os possíveis cenários sino-africanos?

H1- A estrutura de cooperação chinesa em África é baseada em instituições diplomáticas e organizações multilaterais com propósitos de desenvolvimento cultural e económico.

H2- As relações estabelecidas entre China e Angola são diferenciadas e multi-sectoriais, permitindo que a China se apresente como parceiro de confiança em projectos empresariais e institucionais.

H3- Portugal terá de desenvolver um programa multi-sectorial baseado em potencialidades identificadas, nichos de oportunidade, num contexto cultural, militar, social e económico agindo como interlocutor entre a China e os países africanos da CPLP, em particular Angola.

2ª Etapa - A Exploração.

Efectuámos a pesquisa bibliográfica e documental de âmbito nacional e internacional sobre a temática em questão. Esta pesquisa foi acompanhada de um conjunto de contactos exploratórios e entrevistas com entidades envolvidas e relacionadas com o tema em estudo.

3ª Etapa - A problemática.

Perante a intenção de obter uma resposta à QC que satisfizesse os objectivos definidos na nossa investigação, começamos por analisar no panorama Global a actuação dos actores internacionais em causa, a nível económico e comercial, suas interacções e prospecções de actuação, para posteriormente estudar como operacionalizar o conceito ou modelo de actuação no plano nacional. Procurámos efectuar a avaliação das leituras e entrevistas, de forma a confirmar ou reformular a QC.

4ª Etapa - A construção do Modelo de análise.

O Modelo de Análise utilizado, baseou-se no Método hipotético-dedutivo, cuja construção parte de postulados identificados, como modelo de interpretação do fenómeno estudado, adoptou-se uma linguagem simples de forma a transmitir uma mensagem de fácil apreensão. Este modelo gerou, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real, permitindo a resposta à questão central formulada, como explicito no Apêndice 1.

5ª Etapa - A observação.

Os instrumentos de observação utilizados no nosso trabalho foram as entrevistas e a leitura de bibliografia disponível sobre o tema em estudo, procurando efectuar uma recolha de dados orientada para os indicadores que nos permitiram testar as nossas hipóteses.

6ª Etapa - A análise das informações.

Efectuando a análise das informações recolhidas verificamos se correspondiam às nossas expectativas. Ou seja, se os resultados observados corresponderam ao esperado face às hipóteses geradas.

7ª Etapa - As conclusões.

A investigação termina com a caracterização e interpretação dos resultados obtidos, apresentando a resposta à questão central levantada e uma análise crítica. Como produto final do nosso trabalho, propomo-nos dar um contributo para a operacionalização de um modelo de



actuação de Portugal, aproveitando nichos de oportunidade de forma a potenciar a sua acção e a possível recolha de mais-valias.

Tabela 1 - Modelo de análise do TII

Conceito	Dimensão	H	Indicadores
Cooperação	Sino-Africana	H1	Existem estruturas como embaixadas e organizações chinesas multissetoriais, bilaterais ou multilaterais, em África que desenvolvam acções de cooperação.
			Protocolos e acordos de cooperação têm sido lavrados entre órgãos chineses e Estados Africanos.
			As relações económicas e comerciais entre RPC e Estados africanos têm incrementado, visível na balança comercial.
	Sino-Angolana	H2	Existe relações financeiras e comerciais comparando com os restantes países africanos
			Têm estabelecido acordos multi-sectoriais de cooperação.
			A China possui órgãos económicos/ comerciais a operar em Angola.
	Tríade Portugal vs China-Angola	H3	Portugal e os seus órgãos apresentam interesses económicos e comerciais em Angola.
			As relações Portugal e China são de prosperidade e têm se intensificado.
			Portugal não tem aproveitado a sua experiência histórica em proveito de um aumento de relações China-Angola.
			Portugal tira proveito com um aumento das suas relações com China em território angolano.

Tabela 2 - Verificações e Conclusões

Hipóteses	Verificações e Conclusões
A estrutura de cooperação chinesa em África é baseada em instituições diplomáticas e organizações multilaterais com propósitos de desenvolvimento cultural e económico.	A diplomacia chinesa tem desenvolvido contactos ao mais alto nível com dirigentes de países africanos.
	Instituições financeiras da RPC operam em território africano.
	Tem, a China, estabelecido acordos com os países africanos e com órgãos de representação regional.
	O principal sector de desenvolvimento em termos de relações económicas tem sido o energético.
	Têm sido criados fóruns de cooperação.
As relações estabelecidas entre China e Angola são diferenciadas e multi-sectoriais, permitindo que a China se apresente como parceiro de confiança em projectos empresariais e institucionais.	Angola é actualmente um dos maiores fornecedores de petróleo à China.
	China concede empréstimos a Angola e negocia concessões de recursos naturais.
	Empresas chinesas, publicas e privadas têm desenvolvido projectos de aparelhos públicos com apoio do estatal chinês.
	A China tem fomentado a cooperação também a nível cultural e militar.
Portugal terá de desenvolver um programa multi-sectorial baseado em potencialidades identificadas, nichos de oportunidade, num contexto cultural, militar, social e económico agindo como interlocutor entre a China e os países africanos da CPLP, em particular Angola.	Portugal tem história na cooperação com Angola e o peso das suas relações económicas e comerciais são importantes para ambos.
	Angola tem preferência em cooperar com Portugal pela transferência de conhecimento que é feita para os recursos humanos angolanos.
	Portugal mantém uma relação diplomática recente com a RPC, mas as suas parcerias são seculares.
	A cooperação de Portugal com Angola e no seio da CPLP tem sido levada a cabo sem estratégias convergentes e sem avaliação de resultados.
	Portugal deve desenvolver parcerias empresariais, em nichos como a construção, tecnologia e ciência com China em território Angolano